



**Segurança alimentar: a contribuição das universidades**  
é uma publicação distribuída gratuitamente pelos realizadores.

#### **Realização**

**Abruc** — Associação Brasileira das Universidades Comunitárias  
**Andifes** — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
**Apoio Fome Zero** — Associação de Apoio ao Programa Fome Zero  
**Crub** — Conselho de Reitores das Universidades do Brasil  
**Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**  
**Unitrabalho** — Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

#### **Patrocínio**

Agradecemos ao Grupo José Pessoa, ao Banco Safra e à Unimed do Brasil, que patrocinaram a elaboração desta publicação.

#### **Apoio institucional**

IAF — Inter-American Foundation

#### **Autoria**

Walter Belik

#### **Colaboradores do Instituto Ethos**

Benjamin S. Gonçalves, Carmen Weingrill (coordenadora), Leno F. Silva, Paulo Itacarambi

#### **Edição e Redação**

Sérgio Alli, Thais Sauaya Pereira, Rodrigo César Zanetti (Baleia Comunicação)

#### **Revisão**

Proposta Editorial

#### **Projeto gráfico e edição de arte**

Planeta Terra Criação e Produção

#### **Ilustrações**

Waldemar Zaidler

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Belik, Walter  
Segurança alimentar: a contribuição das universidades / Walter Belik; [Carmen Weingrill, (coordenadora); Benjamin S. Gonçalves, Leno F. Silva, Paulo Itacarambi (colaboradores)] — São Paulo : Instituto Ethos, 2003.

ISBN 85-88046-07-5

1. Programa Fome Zero (Brasil) 2. Segurança alimentar – Brasil 3. Universidades e escolas superiores – Brasil – Serviços públicos  
I. Weingrill, Carmen. II. Gonçalves, Benjamin S.. III. Silva, Leno F.. IV. Itacarambi, Paulo. V. Título.

03-2576

CDD- 361.050981

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Segurança alimentar : Contribuição da universidades : Bem-estar social 361.050981

Tiragem: 10.000 exemplares

São Paulo, maio de 2003.

Permitida a reprodução desta publicação, desde que citada a fonte e com autorização prévia do Instituto Ethos.

#### **Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos**

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
2. Não fazemos consultoria e não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos “selo” com essa função.
4. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Caso tenha alguma dúvida ou queira nos consultar sobre as atividades de apoio do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, pelo link [Fale Conosco](#), no qual será possível identificar a área mais apropriada para atender você.

Impresso em Reciclato — capa 240 g/m<sup>2</sup>, miolo 90 g/m<sup>2</sup> — da Cia Suzano, o offset brasileiro 100% reciclado.



# SEGURANÇA ALIMENTAR:

**a contribuição  
das universidades**

**Walter Belik**



# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	5
<b>INTRODUÇÃO</b>	7
A fome no século XX	8
A meta da FAO para 2015	9
<b>FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR</b>	10
Índice de Massa Corporal	11
Outros métodos de medir a fome	11
O conceito de segurança alimentar	13
<b>O DIREITO À ALIMENTAÇÃO</b>	14
<b>O TAMANHO DA FOME NO BRASIL</b>	16
Renda define linha de pobreza	17
Disponibilidade de alimentos	18
A linha de pobreza no Brasil	19
Estimativa da população a ser beneficiada	20
Como a pobreza se distribui regionalmente	22
Perfil da população pobre brasileira	24
<b>O PROGRAMA FOME ZERO DO GOVERNO FEDERAL</b>	27
As propostas do Fome Zero	28
Integração das políticas contra a fome	30
<b>COMO AS UNIVERSIDADES PODEM PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR</b>	
<b>Políticas estruturais</b>	33
Ações ao alcance das universidades	34
Apoio técnico a projetos comunitários	36
Políticas de inclusão e primeiro emprego	37
Microcrédito solidário	39
<b>Políticas específicas</b>	40
O programa brasileiro do Cartão-Alimentação	41
O modelo do Food Stamp Program	42
Ampliação do acesso à alimentação	43
Apoio a programas emergenciais	44
Desnutrição materno-infantil	45
Educação alimentar	46
Ampliação da merenda escolar	47
Três níveis de atuação	49
<b>Políticas locais</b>	50
Ações contra a fome nas áreas rurais	51
Ações contra a fome nas pequenas e médias cidades	53
Bancos de alimentos	53
Nova legislação para incentivar doações	55
Estatuto do Bom Samaritano	56
Agricultura urbana	57

Ações contra a fome nas regiões metropolitanas	58
Restaurantes populares	58
Doações de alimentos	59
Programa Mesa Brasil Sesc São Paulo	61
Centrais de compra e distribuição	62

### BONS EXEMPLOS DE AÇÕES DAS UNIVERSIDADES

Universidade Federal do Pará – UFPA (PA)	64
Centro Universitário São Camilo (SP)	65
Universidade Estadual Paulista – Unesp (SP)	66
Universidade Federal de São Carlos – Ufscar (SP)	67
Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho	68
Universidade Federal de Alagoas – Ufal (AL)	69
Universidade de Campinas – Unicamp (SP)	70
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP – Esalq (SP)	71
Universidade Solidária – Unisol	72
Universidade Federal de Uberlândia – UFU (MG)	73
Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb (DF)	74
Fac. de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca – Facef (SP)	75
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (RJ)	76
Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN	77
Fundação Getúlio Vargas – FGV (SP)	78
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	79
Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	80

### OUTRAS AÇÕES

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (SP)	81
Fundação Museu do Homem Americano – Fumdam (PI)	81
Instituições de Ensino Superior – IES (PR)	81
Universidade de Passo Fundo – UPF (RS)	82
Universidade Salvador – Unifacs (BA)	82
Universidade de São Paulo – USP (SP)	82

### COLABORAÇÕES DE PROFESSORES

### PARA SABER MAIS

### SITES DE INTERESSE

### SOBRE O AUTOR

# APRESENTAÇÃO

**A**o lançar Programa Fome Zero, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que “a luta contra a fome é, na verdade, um passo fundamental para a superação da miséria, da pobreza, da falta de oportunidades e da desigualdade social”. E afirmou que, se as muitas tentativas anteriores não solucionaram o problema da fome no Brasil, “foi porque essa causa não teve a prioridade que merece nem contou com a indispensável mobilização da sociedade”.

O fato de o governo federal assumir como questão central o enfrentamento da fome é um passo fundamental para seu êxito. Mas essa é, certamente, uma tarefa que compete à sociedade como um todo. O movimento da responsabilidade social empresarial, no qual se insere o Instituto Ethos, está engajado no processo mobilização proposto pelo presidente Lula. Ele representa uma oportunidade de concretização da visão de que as empresas podem e devem contribuir para a solução dos problemas sociais e ambientais. Além disso, os empresários sabem que uma sociedade melhor, menos desigual e com renda melhor distribuída constituirá um cenário propício para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade de seus negócios.

Inúmeras iniciativas podem ser assumidas por diferentes segmentos

sociais. As empresas, por seu poder econômico e sua capacidade técnica e gerencial, têm um relevante papel a desempenhar no apoio à viabilização das políticas públicas de inclusão social e combate à pobreza. O Instituto Ethos tem buscado promover a participação das empresas e de seus parceiros na sociedade, de forma articulada com as ações governamentais de caráter social. A colaboração das universidades brasileiras nesse contexto é de grande importância. Afinal, tecnologia, conhecimento e ação educacional são fatores decisivos para enfrentar de maneira definitiva a fome e a pobreza.

Lançada pelo Instituto Ethos em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — Andifes, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho — Unitrabalho, o Crub — Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, a Abruc — Associação Brasileira das Universidades Comunitárias e a Apoio Fome Zero — Associação de Apoio às Políticas de Segurança Alimentar, a publicação **Segurança alimentar: a contribuição das universidades** vem ao encontro de dirigentes, professores e demais membros da comunidade acadêmica, trazendo indicações de como as universidades poderão colaborar nessa grande mobilização.

Elaborada pelo professor Walter Belik, a publicação procura apresentar de forma didática os conceitos, a legislação e as possibilidades de atuação da comunidade universitária no combate à fome. As iniciativas e parcerias das universidades mostradas nesta publicação ficam longe de esgotar o leque de ações existentes no Brasil. De todo modo, servem como indicação de diferentes modalidades de participação. Entre as práticas relatadas encontram-se experiências inovadoras, como a articulação do enfrentamento da pobreza com a preservação ambiental ou a pesquisa genética para desenvolvimento de plantas supervitaminadas. Também são apontadas como referência diferentes redes já existentes no âmbito das universidades, como a Incubadora de Cooperativas da Unitrabalho e a Universidade Solidária, ou ainda redes nas quais as universidades têm tido presença destacada, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.

Opções de participação não faltam. O desafio que se põe para as instituições de ensino superior é mobilizar a ampla comunidade que gravita em torno de si, para que ela possa contribuir — de modo articulado com outros segmentos sociais, especialmente com as empresas — com sua indispensável capacidade de reflexão e intervenção, para a transformação da realidade social brasileira.

Contamos com seu apoio para divulgar novas experiências e demonstrar o potencial de ação das universidades para promover a segurança alimentar. Envie para o site [www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br) a descrição das atividades que sua instituição de ensino superior realiza para reduzir a fome, conceder o primeiro emprego e bolsas de estudo, qualificar permanentemente seus colaboradores, promover a inclusão social, apoiar famílias pobres, oferecer alternativas tecnológicas ou outra iniciativa desse tipo.

**M**uito embora este trabalho seja voltado para o público universitário, seu texto não seguiu o rigor formal adotado pela academia. Em favor da fluidez do documento, optamos por oferecer um trabalho descritivo, quase jornalístico, visando tornar mais fácil sua leitura.

Nosso objetivo com esta obra é apresentar alguns conceitos sobre segurança alimentar, seguidos de um breve histórico sobre as políticas de combate à fome no Brasil. Como se sabe, essas políticas culminaram no Programa Fome Zero do governo federal, que também é descrito rapidamente. Finalmente, desenvolvemos algumas propostas com o intuito de auxiliar a comunidade universitária a envolver-se no propósito de garantir, em curto espaço de tempo, uma redução significativa da população em situação de risco nutricional.

Dado o caráter mais imediato deste trabalho, também deixamos de lado as amarras de um texto técnico, com referências e citações bibliográficas. Em alguns trechos, inclusive, citamos partes de artigos e outros textos de minha autoria, assim como alguns parágrafos do manual do Instituto Ethos “Como as empresas podem apoiar e participar do Combate à Fome” e do próprio Projeto Fome Zero do Instituto Cidadania. Essas obras e outras mais, utilizadas como referência, encontram-se relacionadas ao final deste volume e permitem a consulta e o aprofundamento das informações.

Evidentemente, não pretendemos esgotar o assunto. Todavia, acreditamos que esta publicação cumpre seu propósito de despertar a comunidade universitária para as enormes potencialidades que as instituições de ensino superior do Brasil possuem, no sentido de minimizar o efeito provocado por um processo de desenvolvimento econômico concentrador e socialmente excludente.

## A fome no século XX

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e diante das atrocidades cometidas no conflito, iniciava-se um grande esforço por parte de todos os países no sentido de inaugurar um novo capítulo na história, que pudesse garantir o bem-estar da humanidade. Nesse período, o espectro da fome estava presente no continente europeu e os países vencedores do conflito viam com grande preocupação a tarefa de alimentar não só os famintos de sempre — possível foco de novas guerras —, mas também uma nova população composta pelos milhões de europeus que tiveram suas áreas agrícolas e sua infraestrutura destruída. Em 1943, ao mesmo tempo em que se discutia a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), havia uma proposta de montagem de uma organização multigovernamental para o incentivo à agricultura e alimentação.

Em 1943, na cidade de Hot Springs, no Estado norte-americano de Arkansas, foi realizada a primeira conferência internacional sobre o tema.

O representante brasileiro era Josué de Castro — médico, geógrafo, antropólogo e autor de diversos trabalhos sobre a fome. O objetivo inicial da reunião era o de garantir, por meio de um mecanismo

de cotas e ajuda alimentar, semelhante ao do FMI, que cada país pudesse reerguer sua produção agrícola e alimentar sua população de forma soberana. A proposta da Comissão Mundial de Alimentos (World Food Bank) e a criação de uma Reserva Internacional Contra a Fome foram discutidas durante quatro anos, tendo sido finalmente rejeitadas em 1947. Não foi possível conseguir uma fórmula de consenso para superar as disputas entre os países vencedores do conflito mundial, que já se lançavam à Guerra Fria.

Em resumo, ao longo dos debates e negociações, o objetivo da criação de uma grande frente internacional contra a fome foi alterado, pois os países participantes não se dispuseram a conceder verbas e nem poderes para atacar o problema de frente. Sobreviveu, no entanto, a proposta de montagem de um organismo internacional para o desenvolvimento da agricultura e alimentação. Essa instituição é a FAO (Food and Agriculture Organization), ligada à ONU, que tem como meta a herança legada pela conferência de Hot Springs. Em 1952, Josué de Castro assumiu a presidência do Conselho da FAO, permanecendo à testa da organização por três anos.

## A meta da FAO para 2015

Estima-se que o mundo tenha, atualmente, perto de 816 milhões de pessoas em dificuldades e sob situação de insegurança alimentar. Isso quer dizer que quase uma sexta parte da humanidade ainda não consegue se alimentar de forma digna. Essa foi a conclusão dos delegados participantes da Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela FAO em Roma, em 1996 — cinco décadas após a reunião inicial dos Estados Unidos. Nessa ocasião, os países participantes — inclusive o Brasil — firmaram um compromisso de reduzir pela metade o número de famintos em seu território até o ano de 2015.

No início de 2002, a FAO organizou uma nova conferência, visando fazer um balanço dos progressos no cumprimento do compromisso firmado com os países, nos cinco anos anteriores. Com o sugestivo nome de Cúpula+5, nessa conferência realizada em Roma os técnicos demonstraram que a meta fixada para 2015 estava muito distante de ser atingida, uma vez que as políticas de combate à fome não apresentavam resultados significativos. A principal causa para esse fracasso

estava no pouco interesse dos próprios mandatários em patrocinar o combate à fome. O pequeno apoio refletia-se na presença praticamente nula de autoridades em um evento daquela importância. O diagnóstico geral era de que não havia por parte dos governos a chamada vontade política para eliminar o problema.

Com o anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo após sua eleição, de que o combate à fome seria sua prioridade de governo, todas as atenções se voltaram para o Brasil. Pela primeira vez, desde as discussões do pós-guerra, um país da importância do nosso apresentava um plano factível para a redução da situação de carência alimentar. Poucos dias após, tendo tomado conhecimento do Programa Fome Zero, base para a política de combate à fome do novo governo, o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, declarou que esse deveria ser doravante um “programa de referência” para os organismos internacionais no sentido de se atingir as metas estabelecidas para 2015.

# FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR

**E**mbora o programa lançado por Luiz Inácio Lula da Silva tenha o nome de Fome Zero, sua iniciativa veio acompanhada de um aposto: “uma proposta de segurança alimentar para o Brasil”. Como se sabe, o conceito de fome confunde-se com desnutrição e, portanto, para melhorar a compreensão do significado dessa política, os técnicos adotaram a terminologia “segurança alimentar”.

Esta precaução com as palavras é importante. Lord John Boyd Orr, Prêmio Nobel da Paz, no prefácio à edição inglesa de Geopolítica da Fome, de Josué de Castro, alertava: “No passado, empregava-se a palavra ‘fome’ para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se, então, aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. [Josué de Castro], porém, usa essa palavra no seu sentido moderno, no sentido da falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. A falta de qualquer um deles ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimentos”.

Observa-se, portanto, que mesmo um indivíduo “gordinho” pode ter alguma carência nutricional. De modo geral, para cada indivíduo, segundo seu tipo físico, idade e sexo há uma quantidade mínima diária de energia requerida, que deve ser provida pela sua dieta. Esse aporte de calorias diárias deve ser também adaptado ao tipo de esforço físico despendido pelo indivíduo. O que denominamos de subnutrição é o resultado da ingestão contínua de uma dieta insuficiente para fazer face ao gasto de energia de cada indivíduo. A subnutrição, ou desnutrição, decorre da manifestação de sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou também de doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

A situação de subnutrição não permite o crescimento adequado da criança, o que acaba refletido, na idade adulta, em baixa estatura ou peso abaixo do normal. Vale lembrar também que o que se considera normal varia segundo a sociedade e o grupo étnico. Isso quer dizer que é normal que uma certa quantidade de indivíduos tenha baixa estatura ou seja especialmente magro, sem que isso represente estado de subnutrição.

## Índice de Massa Corporal

Como se observa, é muito difícil definir e quantificar o que é a fome em uma determinada população. O método que poderia proporcionar a melhor estatística do número de subnutridos é aquele que considera o Índice de Massa Corporal (IMC) dos indivíduos. Esse método é muito utilizado para medir a obesidade e sua descrição pode ser encontrada freqüentemente nas revistas femininas. Mas é importante alertar que ele pode ser aplicado apenas em adultos (maiores de 24 anos). O IMC é calculado dividindo-se o peso de um indivíduo pelo quadrado de sua estatura.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), é normal que haja 3 a 5 % de pessoas com IMC menor que 18,5 em

um país, pela existência natural de pessoas constitucionalmente magras.

Assim, os parâmetros de déficit energético definidos pela OMS para os países são:

- **prevalência leve:** entre 5 e 9 % da população maior de 24 anos com  $IMC < 18,5$ .
- **prevalência moderada:** entre 10 e 19 % da população.
- **prevalência alta:** entre 20 e 39% da população.
- **prevalência muito alta:** acima de 40% da população.

Uma vez que não seria economicamente viável medir e pesar toda a população adulta de um país, as pesquisas com base no IMC restringem-se a pequenos grupos e a períodos específicos.

## Outros métodos de medir a fome

Existem ainda duas outras formas de se obter estatísticas sobre a fome em uma determinada área geográfica. Vale notar que estes dois outros métodos não detectam diretamente o estado nutricional dos indivíduos, mas apenas estabelecem percentuais de eventual risco de insuficiência calórica na dieta de uma população.

O primeiro método indireto de aferição da situação de risco nutricional é

aquele utilizado pelas estatísticas da FAO. Usando um cálculo rápido, a FAO divide a disponibilidade calórica média de cada país pela sua população. Esse valor é comparado com a necessidade calórica média estabelecida pela FAO para a população desse país.

A disponibilidade refere-se à quantidade de alimentos para consumo humano, expressa em kcal/pessoa/dia. Para seu cálculo é necessário considerar o volume total da produção alimentar e

deduzir a parcela que tem outras destinações que não o consumo humano no país: exportação, alimentação animal, uso industrial, sementes e perdas.

O segundo método indireto, utilizado por vários pesquisadores e adotado pelos técnicos do Projeto Fome Zero, consiste em calcular o custo monetário per capita para a ingestão de uma certa quantidade de alimentos, mínima para a sobrevivência, e compará-lo com a renda dos indivíduos. Evidentemente, no caso da renda ficar abaixo do custo dessa cesta mínima de alimentos, haveria um déficit e esse indivíduo estaria em situação de risco. Na prática, esse método pode ser aperfeiçoado com o cálculo de cestas de alimentos regionais e com a melhor qualificação da linha de corte de renda. Essas informações deverão ser mais bem detalhadas posteriormente. Por ora é importante reter que, na impossibilidade prática de aferir diretamente os números da fome em um determinado país ou região costuma-se apresentar informações indiretas que proporcionam indicações sobre a dimensão da população vulnerável à fome, em situação de risco ou insuficiência alimentar.

Evidentemente, mesmo percebendo uma renda inferior às suas necessidades de consumo um indivíduo pode se alimentar. Observa-se nas grandes cidades brasileiras uma grande quantidade de indigentes que, mesmo não tendo renda para comprar comida, conseguem se alimentar a partir da caridade dos demais. Essa situação poderia teoricamente fazer com que os dados da fome fossem superestimados. Todavia verifica-se que, mesmo nesses casos há uma situação de risco, pois esses indivíduos não se alimentam de forma permanente e, mais importante, de forma digna.

Por outro lado, as estatísticas indiretas para medir a fome são omissas em relação à qualidade dos alimentos. Pode ser que a quantidade ingerida pelos indivíduos seja adequada mas a qualidade esteja deixando a desejar. É muito comum encontrarmos famílias que possuem renda suficiente para uma boa alimentação, mas comem mal, incorrendo em deficiências nutricionais. Sua alimentação pode ser farta, mas deficiente em ferro, cálcio e vitaminas A, B1 e B2. Situação essa muito comum nas famílias pobres com baixo nível de escolaridade e muito influenciadas pela propaganda.

## O conceito de segurança alimentar

Uma abordagem abrangente do problema da fome deve partir do conceito de segurança alimentar. A definição clássica de segurança alimentar estabelecida pela FAO determina que haja “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. Nota-se portanto que a questão do acesso aos alimentos está na base da definição. De nada adianta haver superávit na disponibilidade de alimentos em um determinado país se uma parte da sua população não tem renda para consumir esses alimentos ou, em casos extremos, se esses alimentos, culturalmente, não fazem parte de sua dieta.

A utilização do conceito de segurança alimentar nos remete a toda uma discussão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Não se trata apenas de produzir os alimentos e resolver problemas ligados ao abastecimento e à comercialização. Trata-se de uma discussão mais ampla,

que envolve aspectos econômicos da distribuição de renda, cultura e educação alimentar das famílias.

Não poderíamos deixar de mencionar que também o conceito de segurança alimentar está em discussão e que, mais modernamente, já se fala em soberania e sustentabilidade alimentar. A noção de soberania alimentar começa a se impor com força no próprio ano de 1996. Durante a Cúpula Mundial da Alimentação, no foro paralelo da sociedade civil, também realizado em Roma, a reivindicação da soberania alimentar aparece com grande destaque. Esse conceito procura dar importância à autonomia alimentar dos países e está associado à geração interna de emprego e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional. A soberania alimentar atribui uma grande importância à preservação da cultura e aos hábitos alimentares de um país. Já a sustentabilidade incorpora conceitos ligados a preservação do meio ambiente, não utilização de agrotóxicos e da produção extensiva em monoculturas.

# O DIREITO À ALIMENTAÇÃO

**E**m 1789, com a Revolução Francesa, proclamaram-se os Direitos Universais do Homem. Desde então juristas e constitucionalistas discutem a extensão e os conflitos entre esses direitos. Na Carta Magna brasileira de 1988 estabelece-se claramente uma série de direitos sociais, que são direitos das pessoas e das comunidades e que visam resguardar a sua condição humana dos abusos de outros e até mesmo do próprio Estado.

No capítulo II da Constituição Federal são apresentados os direitos sociais do cidadão brasileiro. Pode se ler no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição”.

Embora não esteja indicado expressamente na nossa Constituição, considera-se que o direito à alimentação esteja contemplado entre esses direitos, principalmente quando se menciona o direito à saúde e à assistência aos desamparados. O artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas estabelece que “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação”. Essa diretriz influenciou a apresentação de uma emenda constitucional (EC 601-A/98) que pretende tornar explícito o direito à alimentação em nossa Carta Magna.



Mais recentemente atendendo a um pedido dos Estados membros participantes da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas emitiu o seu “Comentário Geral 12 — O Direito à Alimentação Adequada”. Esse documento transformou-se em um marco para as organizações de direitos humanos e um norte para a comunidade internacional. O Comentário 12 insiste na necessidade e na obrigação que todos os Estados têm de “respeitar, proteger e realizar o direito”. O documento coloca expressamente em seu parágrafo 15 “...sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir do direito à alimentação adequada com recursos à sua disposição, os Estados teriam a obrigação de realizar (prover) o direito diretamente. Esta obrigação também deve existir no caso de vítimas de desastres naturais ou provocados por causas diversas”.

Qual é o resultado prático desse comentário?

1. O Estado tem obrigação de prover alimentação a quem necessita e essa pessoa tem o direito de recebê-la.
2. O direito a se alimentar regular e adequadamente não deve ser o resultado de ações de caridade mas sim, prioritariamente, de uma obrigação que é exercida pelo Estado que, em última análise, é a representação da nossa sociedade.

# O TAMANHO DA FOME NO BRASIL

**C**omo verificamos anteriormente, medir a quantidade de pessoas suscetíveis à fome no Brasil é um problema bastante complicado. Tudo depende da medida que utilizamos e o que consideramos como população com fome. Não há no país, portanto, consenso sobre números que dimensionem essa população.

O último levantamento abrangente e de qualidade sobre o acesso da população a alimentos e outros bens de consumo foi o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), de 1974/75. A partir desta estatística, foi possível avaliar que 42% das famílias brasileiras (8 milhões de famílias), ou cerca de 50% da população da época, equivalente a 46,5 milhões de pessoas, consumiam menos calorias que o necessário.

Após essa pesquisa, foram realizadas duas outras para mensurar o consumo das famílias: a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, nos anos de 1987/88 e 1995/96 e a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), pelo IBGE em convênio com o Banco Mundial, em 1996. A POF, apesar de ser bastante abrangente, teve a desvantagem de ser realizada apenas em nove regiões metropolitanas, mais Goiânia e Brasília. As áreas urbanas não metropolitanas e as áreas rurais não fizeram parte das pesquisas. Por outro lado, a PPV, apesar

de abranger as áreas urbanas e rurais, teve baixa abrangência amostral (só cobriu as regiões Nordeste e Sudeste e tem uma amostra de apenas 5.000 domicílios) e questionários e metodologias mais restritos em relação às POFs.

Na área de saúde, dispõe-se da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNDS), que foi realizada em 1989. Nessa pesquisa, que teve como base métodos diretos para o estudo da desnutrição, calculou-se a proporção da população adulta com reserva energética abaixo do mínimo recomendado (limites de IMC de 4,9%, sendo 4,0% na área urbana e 7,5% na área rural). Levantamentos mais recentes (1996), realizados apenas com mulheres em idade reprodutiva, na PNDS, chegaram à proporção de 6,2% de mulheres em idade reprodutiva com reserva energética abaixo do mínimo recomendado no Brasil, sendo 5,9% na área urbana e 7,4% na área rural (Monteiro, 1997). Para crianças menores de 5 anos, esta mesma pesquisa calculou que 10,4% das crianças sofriam de desnutrição crônica nas formas severas, em 1996. Pesquisa recente realizada na Baixada Fluminense sob a coordenação da Diocese local demonstrou que aproximadamente 12% das crianças até 5 anos estavam em situação de subnutrição. No entanto, também não se dispõe de dados mais abrangentes nem mais recentes.

## Renda define linha de pobreza

Partindo-se de métodos indiretos para inferir a população em situação de insegurança alimentar, utilizando outros indicadores que não o consumo calórico e os dados antropométricos (de altura e peso), foram realizadas diversas pesquisas tendo como base o cálculo da renda. Parte-se do pressuposto que a insuficiência da renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem em quantidade adequada. Assim, define-se uma dada linha de pobreza, a partir da qual se considera possível suprir as necessidades básicas, entre as quais a de alimentação, e calcula-se a proporção de pessoas que têm renda abaixo desta linha.

Diferenciam-se, nesse caso, dois grupos. Primeiro, os estudos que definem uma linha de pobreza/indigência única para o país, sendo mais comum a proporção do salário mínimo. Segundo, os estudos que partem de estruturas de consumo diferentes para cada região e/ou área de residência (metropolitana, urbana não metropolitana e rural). Obtém-se assim custos regionalizados de uma cesta básica de alimentos, e considera-se indigente a população cuja renda familiar per capita não alcança o valor desta cesta alimentar, e pobres as pessoas que não atingem a renda necessária para adquirir a cesta de alimentos mais os bens não-alimentares básicos. Nesses grupos encontram-se os estudos da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), do Instituto de Pesquisas

Econômicas Aplicadas (Ipea), incluindo o Mapa da Fome, realizado em 1993 e o Mapa do Fim da Fome da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 1999 (publicado em 2001). É importante sublinhar que, dependendo da metodologia e da base de dados utilizada, os resultados podem chegar a números distintos, com diferenças da ordem de alguns milhões de indivíduos.

Analisando-se os diversos estudos e metodologias que partem da estrutura de consumo para definir a linha de indigência e pobreza verifica-se que existe uma série de passos que envolvem certas “arbitrariedades” até chegar à definição da população indigente e pobre. Isso faz com que cada cálculo seja único e incomparável com outras formas de cálculo. Vários trabalhos pesquisados que utilizaram a mesma metodologia apresentam resultados díspares. Entre os extremos, observa-se que, para o mesmo ano (1999), dois estudos do próprio Ipea chegaram a 8,7% e 29 % de indigentes na população brasileira. Já outro estudo, realizado na Unicamp, calculou em 18,1% a proporção da população que tem renda familiar per capita igual ou menor a 1/4 do salário mínimo, em 1999.

Essa divergência de números motivou, no início de 2003, o Ipea, o IBGE e pesquisadores ligados à universidade a iniciarem um esforço conjunto para a definição de uma linha de pobreza para o Brasil.

## Disponibilidade de alimentos

Outro método indireto para definir a população em situação de risco nutricional, parte do cálculo da disponibilidade de alimentos no país, tomando como base os dados de produção local, saldo comercial agrícola e estoques de alimentos. Para o Brasil, temos uma disponibilidade de 2.960 calorias por pessoa e por dia, muito acima do mínimo recomendado de 1.900 calorias. Calcula-se, em seguida, o coeficiente de distribuição de renda e consumo alimentar para estimar a desigualdade de acesso aos alimentos, calculando-se então a porcentagem da população cujo consumo alimentar está abaixo da necessidade humana mínima.

Segundo a FAO, os subnutridos no nosso país teriam um consumo médio de 1.650 calorias e déficit de 250. Esse cálculo resultou em uma estimativa de 10% de subnutridos, ou 15,9 milhões de pessoas, para uma média do período 1996-98. A cifra representa quase 30% dos subnutridos estimados na América Latina (54,9 milhões de pessoas ou 11%), sendo que o Brasil tem o maior número absoluto de subnutridos da região.

O Brasil é classificado na categoria 3 (de 1 a 5, para proporções crescentes de subnutridos), juntamente com países como Nigéria, Paraguai e Colômbia, por exemplo.

Naturalmente, trata-se de uma simplificação do problema, pois cada país tem déficits alimentares mais ou menos profundos, que variam, segundo a FAO, de 100 a 400 kcal por dia. Mas serve para ilustrar bem o problema: se os alimentos fossem igualmente distribuídos entre a população desses países, a fome no mundo se reduziria a alguns poucos países com déficit crônico de alimentos, quase todos localizados na África e Ásia.

Diante das dificuldades verificadas na mensuração da indigência/pobreza, o Projeto Fome Zero, base da política de combate à fome do Governo Lula, procurou estimar as pessoas que passam fome no país a partir de um estudo original, tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (Pnad) do IBGE, de 1999, depois atualizado para o ano 2001. O objetivo dos técnicos era dimensionar o público-alvo da proposta que estava sendo elaborada.

## A linha de pobreza no Brasil

Aperfeiçoando-se as metodologias existentes, adotou-se uma linha de pobreza semelhante a do Banco Mundial, que considera que as pessoas que ganham menos de US\$ 1 por dia poderiam ser reputadas como pobres. Em 1993, o Banco Mundial corrigiu esses valores para US\$ 1,08 por dia, considerando a paridade da moeda para uma amostra de 33 países. Assim, tomou-se emprestado o corte de um dólar diário para definir a linha de pobreza, mas não se calculou uma paridade específica para o Brasil e sim a média do dólar comercial em setembro, data de referência da Pnad de 1999. Em relação à linha do Banco Mundial, não podemos deixar de observar que a Paridade do Poder de Compra pode ser um bom método para fazer correções na taxa de câmbio dos países mas, definitivamente, não é uma boa ferramenta para comparar níveis de pobreza.

Outro aperfeiçoamento metodológico introduzido diz respeito ao desconto do item de maior peso no orçamento familiar, que é o pagamento de aluguel ou de prestação da casa própria, evitando as distorções de considerar que toda a renda da família estaria disponível para compra de bens de

consumo. Esta correção é particularmente importante tendo em vista que os gastos com aluguel e prestação da casa própria são proporcionalmente maiores nas áreas metropolitanas do que nas pequenas e médias cidades e nas áreas rurais.

Com todas estas correções chega-se a um número surpreendente: a linha de pobreza média ponderada para o Brasil (R\$ 71,53 por pessoa), indica a existência de 46 milhões de pessoas que tinham uma renda disponível média de R\$ 39,11 ou 9,9 milhões de famílias (que possuem uma média de 4,7 pessoas) com renda de R\$ 183,81. Ou seja, as famílias que tinham uma renda disponível referente ao valor do salário mínimo para viver pelo mês inteiro em setembro de 1999, data de referência da Pnad, foram consideradas pobres.

Na denominação clássica utilizada na academia poderíamos atribuir a essas pessoas a condição de indigência. De qualquer forma, independente da terminologia adotada, podemos afirmar que as pessoas dessas famílias não têm renda suficiente para garantir sua segurança alimentar.

## Estimativa da população a ser beneficiada

Visando um detalhamento do eventual público beneficiário de programas de combate à fome, vamos tomar emprestados os dados da estimativa dos brasileiros em situação de risco em 2001, utilizada pelo Fome Zero.

Na tabela abaixo, observa-se a distribuição desses pobres por região no Brasil.

TABELA 1

### Estimativa de beneficiários de programas de combate à fome

Regiões	Número de pessoas pobres (em milhões)*	Número de famílias pobres (em milhões)*	% de pessoas pobres	% de famílias pobres	Renda média mensal per capita disponível (em R\$)
BRASIL	46,126	9,998	27,3	21,4	43,09
Áreas metropolitanas	10,418	2,429	19,5	15,8	44,61
Áreas urbanas não metropolitanas	23,574	5,148	26,3	20,8	44,45
Áreas rurais	12,134	2,421	47,3	37,3	39,11

Fonte: Projeto Fome Zero

\* Excluído pensionistas, empregadas domésticas e seus parentes.

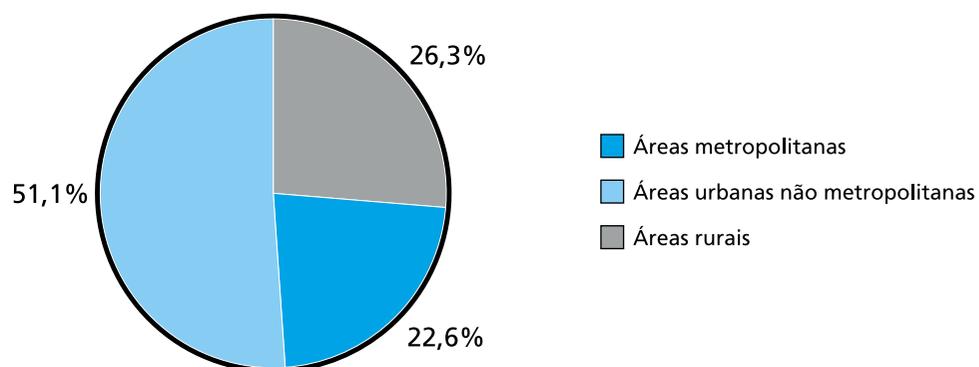
Obs.: Foram consideradas pobres as famílias com renda per capita menor que R\$ 71,53 por mês.

Como se observa na tabela 1, estima-se que 27,3% da população brasileira não teriam renda para obter uma alimentação satisfatória. Esses pobres estão em maior número nas áreas urbanas não metropolitanas, ou seja: nas pequenas e médias cidades. No entanto, é nas áreas rurais que temos a maior proporção de pobres. Calcula-se que 47,3% dos moradores das áreas rurais não consigam obter uma renda de US\$ 1,08 /dia.

A distribuição dessas famílias segundo o tipo de aglomeração se encontra no gráfico apresentado em seguida:

GRÁFICO 1

### Distribuição da população vulnerável à fome no Brasil

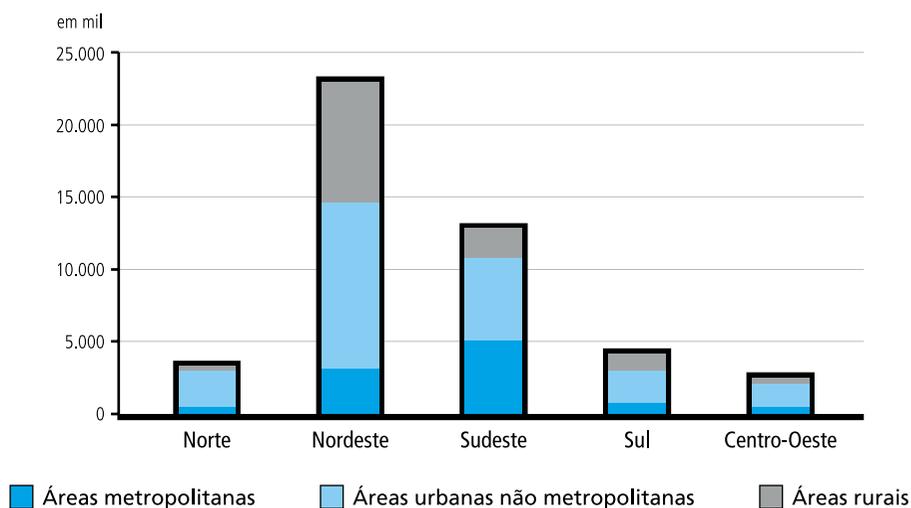


Embora as regiões metropolitanas reúnam apenas 1/5 dos pobres brasileiros e a sua proporção seja menor que em outras áreas do país, é justamente nas grandes cidades que a pobreza vem aumentando com maior velocidade. Dados do IBGE para o período de 1995 a 2001 mostram que houve um crescimento de 6,7% ao ano na quantidade de pobres das regiões metropolitanas. Essa proporção contrasta com o crescimento de 4,4% ao ano para o urbano não metropolitano e a queda de 1,9% ao ano para o número de pobres residentes nas áreas rurais.

Como a pobreza  
se distribui  
regionalmente

GRÁFICO 2

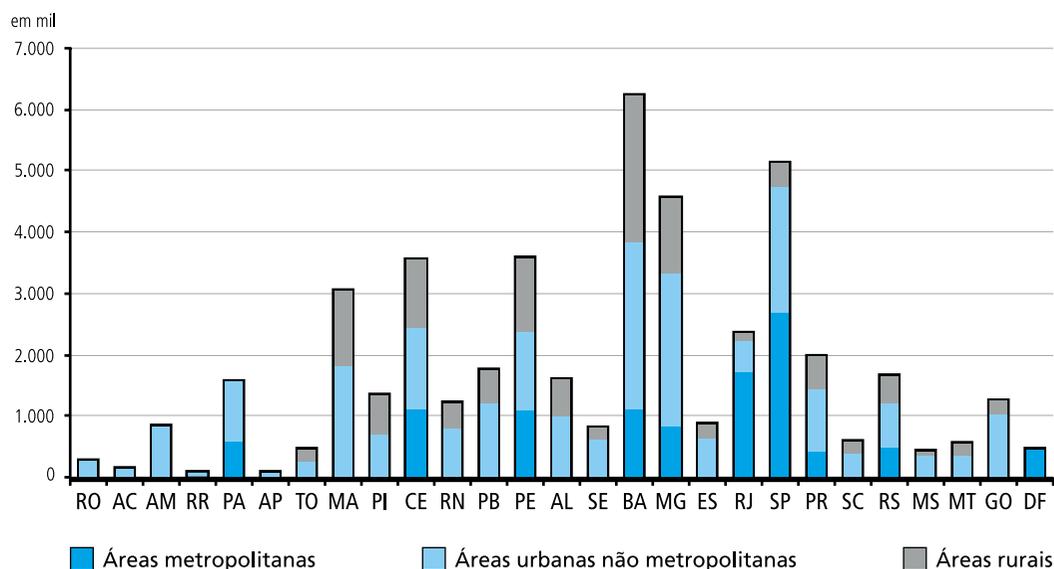
**Pobres, segundo regiões e áreas de residência (exclusive Norte rural)  
Brasil, 2001**



No gráfico 2, observa-se a distribuição dessa população pobre pelas regiões do Brasil. O Nordeste possui quase a metade dos pobres brasileiros, sendo que o Nordeste rural concentra 18% de todos os pobres do Brasil. O Sudeste, por sua vez, totaliza uma quarta parte dos pobres, mas como as grandes metrópoles estão nessa região, 50% dos pobres das áreas metropolitanas acabam se concentrando no Sudeste.

GRÁFICO 3

**Pobres, segundo Estados e áreas de residência (exclusive Norte rural)  
Brasil, 2001**



No gráfico 3, verifica-se a distribuição dos pobres em cada um dos estados da federação. A Bahia aparece em primeiro lugar em termos absolutos, com quase 6 milhões de pessoas em situação de risco. Em termos relativos, os números da Bahia também são bastante elevados, como em quase todos os estados do Nordeste. O estado com maior proporção de pobres na área rural também é a Bahia (38,71%), enquanto no Maranhão encontramos a maior proporção de pobres nas áreas urbanas (49,8%). Minas Gerais e São Paulo, dois

estados populosos, aparecem logo em seguida na classificação, embora a incidência de pobres na população rural de Minas possa ser comparada aos estados do Nordeste. São Paulo aparece com a terceira maior população de pobres, embora as participações dos pobres nas áreas rural e urbana não metropolitana sejam as mais baixas do país. A proporção de pobres na área rural de São Paulo é menor que em outros estados com agricultura familiar bem organizada, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

## Perfil da população pobre brasileira

Finalmente, cabe fazer alguns comentários sobre o perfil das pessoas pobres estudadas pelo Projeto Fome Zero. Esses comentários estão baseados nos dados de 1999, pois no momento que este texto estava sendo escrito não havia sido feito o detalhamento para 2001. Do total dos domicílios pesquisados e que possuíam renda baixo da linha da pobreza, 43,3% não tinham água encanada, 71,3% não tinham esgoto, em 38,4% o lixo não era coletado e em 12,7% não havia energia elétrica. Quanto às características das famílias, pode-se dizer que 55,5% tinham cor de referência parda, 34,4% tinham como chefe de família uma

pessoa que nunca frequentou a escola ou tem a 1<sup>a</sup>. série do ensino fundamental incompleta, em 37,5 % habitava no domicílio um casal com filhos menores de 14 anos.

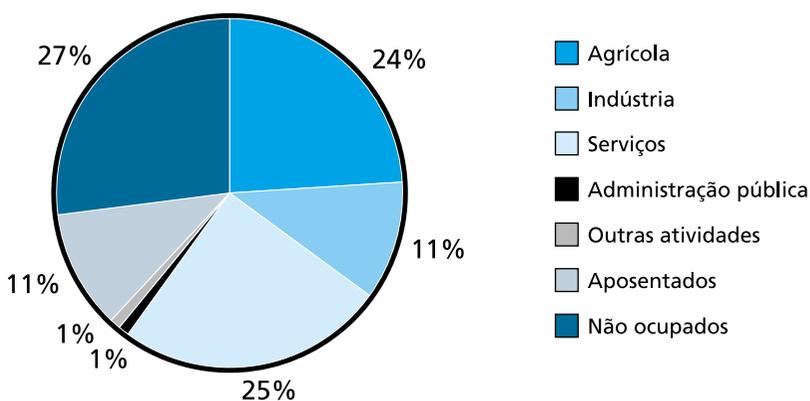
Esses dados vêm confirmar os estudos desenvolvidos pelo IBGE e pelo Ipea (ver Pessanha, 1998) que estimavam a probabilidade de ser pobre para um indivíduo chefe de família do sexo feminino, de cor preta ou parda, desempregado ou sem carteira assinada, com menos de 4 anos de escolaridade, domiciliado na área rural do Nordeste como sendo de mais de 95%.

Com relação às pessoas pesquisadas, especificamente, observa-se um dado curioso: 69,7% das pessoas pobres nasceram no município em que atualmente residem e apenas 10,8% nasceram em outro estado do país. Para os maiores de 10 anos de idade havia um contingente de 13% não-ocupados. Dos 87% ocupados, 49,1% declararam realizar trabalho agrícola e 50,9% não-agrícola. Entre os que trabalham no campo, o maior contingente de pobres (34,5%) realizam trabalho sem remuneração e sem produzir para o seu autoconsumo. Trata-se, portanto, de pessoas que vivem e trabalham para

suas famílias e parentes sem receber qualquer tipo de salário e também sem poder cultivar a terra para seu sustento. Entre os trabalhadores não-agrícolas, o maior contingente está com os empregados (48,5%), embora 62,1% destes não tenham registro e não recebam auxílio-alimentação. Outro dado importante é que 83,1% dos pobres que estão ocupados não contribuem para a Previdência Social no seu trabalho principal. A seguir, o gráfico 4 apresenta a distribuição do contingente de pobres segundo os ramos de atividade da ocupação para 2001.

GRÁFICO 4

#### Pobres por ramo de ocupação 2001





# O PROGRAMA FOME ZERO DO GOVERNO FEDERAL

O Projeto Fome Zero foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, organização independente e apartidária que possui o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre os seus conselheiros, e que foi financiado com recursos da Fundação Djalma Guimarães, entidade de cunho empresarial vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), do Grupo Moreira Salles. O projeto teve início em meados do ano 2000 e reuniu uma equipe com os maiores especialistas em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde no Brasil. Foram mais de 50 pesquisadores e colaboradores engajados nos estudos e levantamentos, visando apresentar uma proposta clara e factível para combater a fome no Brasil.

Em abril de 2001 ficou pronta uma primeira versão do projeto, que foi levada à discussão em inúmeras entidades: sindicatos, associações, centros acadêmicos, universidades e ONGs. Foram feitas também três reuniões amplas: em São Paulo, Fortaleza e Santo André e mais colaboradores foram incorporados ao trabalho. Finalmente, uma versão final do trabalho foi apresentada no dia 16 de outubro de 2001 (Dia Mundial da Alimentação), no Senado Federal, na presença dos líderes de todos os partidos e diversas entidades empresariais e de trabalhadores. Mais tarde, na campanha presidencial de 2002, o Fome Zero foi incluído dentre as propostas e anunciado como prioridade de governo no primeiro discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã seguinte à sua eleição.

## As propostas do Fome Zero

No Fome Zero são apresentadas três linhas de políticas articuladas entre si, tendo como foco a segurança alimentar — entendida como a garantia do acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. São elas: **políticas estruturais** voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza; **políticas específicas**, voltadas para atender diretamente a famílias no que se refere ao acesso ao alimento; e **políticas locais**, que podem ser implantadas por prefeituras ou pela própria sociedade civil. No conjunto, são 25 políticas integradas por mais de 40 programas destinados a melhorar a qualidade, a quantidade e a regularidade necessária da alimentação das famílias beneficiadas.

Muitas das políticas propostas pelo Fome Zero podem ser implementadas de forma imediata pela sociedade civil, por uma empresa, uma instituição de ensino superior ou por um grupo de amigos, sem a necessidade de uma ação pública. Algumas propostas, porém, necessitam de mudanças na legislação ou de investimentos em infra-estrutura por parte do poder público, para que possam vir a ser realizadas.

Em resumo, os três níveis de propostas acima mencionados se encontram apresentados no diagrama 1, com um detalhamento sobre os programas estabelecidos.

## DIAGRAMA 1

**Esquema de propostas do Fome Zero**

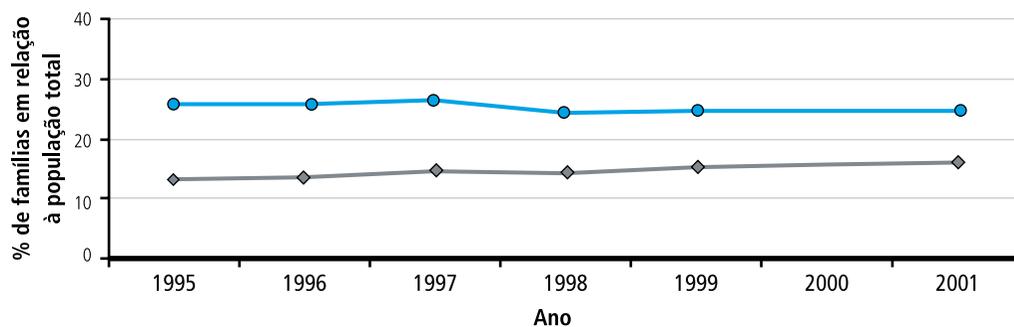
## Integração das políticas contra a fome

O Programa Fome Zero parte do diagnóstico de que, até hoje, não foi possível formular uma política integrada de enfrentamento da fome no Brasil. Nos últimos anos, os três níveis de governo e a sociedade colocaram em marcha iniciativas isoladas, em campos específicos, com um nível de organicidade muito reduzido. As políticas públicas pautaram-se por uma grande dispersão de esforços e recursos, com programas divididos entre vários ministérios, sendo que, em determinados casos, havia duplicação de benefícios e, em outros casos, total ausência de apoio do poder público para as famílias em situação de risco. Do lado da sociedade civil o cenário não é muito distinto: a população brasileira se mobilizava em determinados momentos, como nas épocas de seca no Nordeste ou agravamento de situações de crise, mas não haviam ações institucionalizadas e, principalmente, regularidade e constância na forma de atuação. Levando-se em conta o fato de que existem realidades distintas nas áreas rurais, metropolitanas e nas pequenas e médias cidades, o Fome Zero propõe uma integração das políticas de melhoria de renda com as ações de combate à fome. Evidentemente, essas políticas devem vir acompanhadas por mudanças mais gerais na política econômica, visando o crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda.

No início dos anos 90, a sociedade brasileira viu-se compelida a acreditar que, se houvesse estabilização de preços e crescimento da economia, também seria possível articular uma redução dos níveis de pobreza. Esse entendimento era compreensível, uma vez que os níveis de inflação haviam atingido mais de 2.000 % em 1993 e 1994. Naquele período, a sociedade brasileira estava cansada da inflação e acreditava que essa era a fonte de todos os problemas da nossa economia. Estatísticas e estudos realizados pelo Ipea demonstram que a redução dos níveis de inflação e o crescimento da economia nos primeiros anos do Plano Real deram uma trégua ao ritmo do aumento do número de pobres e indigentes no Brasil. De fato, entre 1994 e 1996, o número absoluto de pobres e indigentes reduziu-se um pouco. Mas a partir de 1997 ele estabilizou-se novamente (ver gráfico 5). As razões para essa piora das condições de vida podem ser atribuídas ao aumento do desemprego e à desaceleração do crescimento econômico. Essas lições dos anos 90 mostraram que as políticas de redução da pobreza e combate à fome devem vir acompanhadas de movimentos que mantenham o crescimento e a distribuição de renda no médio e longo prazo.

Gráfico 5

### Evolução da proporção das famílias com insegurança alimentar no Brasil 1995-2001



Fonte: Instituto Cidadania, com base nas PNADs

—◆— Regiões metropolitanas

—●— Regiões não metropolitanas

Para evitar as armadilhas da conjuntura, o Programa Fome Zero parte de propostas estruturais, mais gerais, que dizem respeito aos movimentos mais amplos da política econômica, para ir reduzindo o foco até as ações de caráter local, passando pelas políticas específicas que atuam sobre a quantidade e a forma do consumo de alimentos. Em todos esses níveis há uma preocupação com a emancipação e acesso a melhores recursos para o empoderamento dos pobres e excluídos. As universidades têm muito a contribuir com ações em todos esses níveis. É sobre essas possibilidades que trataremos a seguir.



## Políticas estruturais

**A**s políticas estruturais mexem com as bases sociais e culturais das populações consideradas em situação de risco nutricional. Mediante o desenvolvimento de mecanismos que permitem o acesso a ativos de produção e educação torna-se possível garantir a melhoria de renda, em bases permanentes, para os excluídos. Essas políticas transitam em uma faixa mais elevada de intervenção, quase que exclusiva do governo, mas onde as universidades também podem atuar. As políticas estruturais levam à diminuição das desigualdades sociais por meio da distribuição de renda e de emprego e da inclusão social. Embora esses objetivos sejam de grande envergadura e apareçam como realizações de governo, a inclusão social pode também ser promovida pelas universidades e pela sociedade de maneira geral.

Estudos demonstram que a distribuição de renda por si só não garante o bem-estar da população pobre por muito tempo. Várias experiências demonstram que os ganhos decorrentes de um movimento de distribuição de renda acabam se diluindo se não houver alguma forma de sustentação de longo

prazo. A única forma de garantir a inclusão é permitir que a pessoa pobre passe a contar com uma base sobre a qual poderá se sustentar. Essa base pode ser, por exemplo, o controle de algum “ativo” que possa servir de elemento dinamizador para futuras rendas ou, ao menos, a posse de bens ou infraestrutura que permita reduzir o grau de comprometimento de sua renda com aluguel, prestações ou juros pagos a agiotas.

A ação do Estado na sustentação de renda é fundamental, promovendo políticas de distribuição de renda como os programas Renda-Mínima e Seguro-Desemprego, a ampliação do sistema de previdência e aposentadorias, e outros. No caso das políticas públicas de alavancagem para a melhoria na renda, podemos destacar a reforma agrária e os financiamentos de ativos a juros reduzidos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de toda a rede de bancos oficiais. Todavia, embora no campo das políticas estruturais, as principais responsabilidades recaiam sobre o Estado, as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, podem contribuir muito.

## Ações ao alcance das universidades

As ações no campo estrutural que estão ao alcance da universidade percorrem um amplo leque que vai desde o apoio à educação básica e à requalificação dos indivíduos de baixa renda até a pesquisa científica e tecnológica que economiza divisas e garante a soberania nacional. Grosso modo, podemos dizer que o desenvolvimento científico serve como alavanca ao desenvolvimento econômico, articulando-se com as demais políticas nacionais no combate à fome, permitindo avançar no objetivo de segurança alimentar.

Cabe lembrar que, além das universidades, as instituições governamentais e privadas de pesquisa têm proporcionado inúmeros avanços diretos e indiretos na melhoria da qualidade de vida das populações. Instituições como a Embrapa têm possibilitado imensa economia de insumos para a agricultura. Diretamente vinculados ao trabalho de produção de alimentos, os institutos estaduais de pesquisas agronômicas reúnem profissionais qualificados para orientar produtores, formar novos gestores e avaliar a produção agrícola.

Os produtos e insumos hoje oferecidos pelo Biomanguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, Instituto Butantan, em São Paulo,

resultam do trabalho de diversas gerações de profissionais dedicados à melhoria das condições de vida e saúde da população e da economia de divisas para o país. Vale citar também, entre inúmeros exemplos, o Centro de Pesquisa em Medicina Tropical, em Rondônia, que reúne cientistas de grande experiência. Assim, apesar de dirigida basicamente às universidades, a presente publicação considera que todos os profissionais e instituições vinculados à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico.

Não há dúvida que a função da universidade não é alfabetizar adultos ou oferecer cursos profissionalizantes de nível médio. No entanto, a universidade reúne todas as qualidades, em termos materiais e de recursos humanos, para realizar essa tarefa em condições muito mais adequadas que qualquer outra instituição. Essa constatação não diz respeito apenas à adequação de suas instalações e à formação do seu quadro docente e de funcionários, mas também e principalmente à sua capacidade de transmitir conhecimentos, tendo como base as características dos seus professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

Da mesma forma que em outras áreas da sociedade brasileira, observa-se na universidade o convívio entre o trabalho de excelência realizado pelo seu quadro docente e a baixa qualificação dos funcionários menos graduados e prestadores de serviços. Na universidade brasileira convivem, lado a lado, pessoas de alta titulação com funcionários em situação de precariedade profissional, com baixíssimo nível educacional. Apesar desse contraste, via de regra não se verifica uma mobilização formal ou informal, seja por parte da estrutura da universidade como também pelas associações de docentes, centros acadêmicos ou associações ou sindicatos de trabalhadores, no sentido de analisar a situação econômica, educacional e também nutricional do enorme contingente de pessoas que transita diariamente pelas unidades de ensino superior, pela comunidade na qual a faculdade ou universidade se insere, e também na sociedade de modo geral. Existem algumas exceções que merecem destaque, das quais podemos extrair importantes ensinamentos.

Nesse caso, a principal ação a ser desencadeada pelas instituições de ensino superior no combate à fome diz respeito à articulação com as demandas sociais da enorme comunidade que gravita em torno de suas atividades. A universidade trabalha com gente e, portanto, funcionários, estudantes e docentes podem ser mobilizados para o desenvolvimento de projetos sustentáveis de melhoria de renda na sociedade. Essas ações têm um caráter estrutural e permitem que as populações em situação de risco possam ter uma vida independente e produtiva.

## Apoio técnico a projetos comunitários

O apoio das universidades pode se dar em diferentes áreas, desde a preparação de projetos para a construção de casas populares, acompanhamento da saúde das famílias, assessoria contábil-financeira para a abertura de pequenos negócios, assistência técnica agrícola, treinamento de professores, cursos de alfabetização para adultos. Sem exagero, pode-se dizer que em praticamente todas as áreas da sociedade a universidade pode compartilhar seu conhecimento e seus recursos materiais para a ajuda à comunidade.

O objetivo das políticas estruturantes é investir na sociedade. Portanto, são fundamentais todas as ações que garantam uma base material para que as famílias pobres possam dar o primeiro passo no sentido de seu desenvolvimento. Nessa categoria de apoio se incluem não só as iniciativas que permitam o desenvolvimento de uma atividade profissional rentável, como também as ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida

(habitação, transporte, saúde, educação). Ao garantir uma vida melhor para as populações pobres, sobram mais recursos para o gasto com alimentação.

Tornaram-se muito conhecidos no Brasil projetos de apoio de universitários a comunidades distantes, nas mais diversas áreas do conhecimento, como foi o Projeto Rondon, nos tempos do governo militar, e o Universidade Solidária, nos anos 90, durante o governo Fernando Henrique. A experiência mostrou que a ação desses universitários foi decisiva em determinadas áreas, reduzindo a mortalidade infantil, a desnutrição e o analfabetismo. Todavia, devido ao seu caráter pontual e sazonal, os resultados desses programas foram muito limitados, não permitindo mudanças de alcance mais profundo.

Uma ação universitária de caráter estrutural deve levar em conta duas dimensões decisivas para o sucesso de novos projetos, a saber:

- a) A intervenção não pode ser limitada no tempo e deve ser permanente. Ou seja, em vez de enviar estudantes para passar um pequeno período em comunidades distantes, a universidade deve “adotar” uma localidade, instalando um posto de saúde, um gabinete dentário, uma escola, um local para atendimento de agricultores ou outros equipamentos que passem a se incorporar à comunidade. Os estudantes sob orientação, em sistema de rodízio, permaneceriam na comunidade a título de estágio, desenvolvendo trabalhos na sua especialidade ou projetos de pesquisa em nível de pós-graduação.
- b) A intervenção pode ser dirigida para áreas urbanas próximas dos campi universitários como favelas, bairros populares ou junto à moradores de rua. Da mesma forma que o anterior, a universidade pode “adotar” uma comunidade, atuando de forma preventiva, a fim de evitar as mazelas decorrentes da situação de pobreza vivida pela população marginalizada nas áreas urbanas.

## Políticas de inclusão e primeiro emprego

O apoio ao desenvolvimento de políticas estruturais passa também pela melhoria do nível educacional e cultural das populações carentes. Esse trabalho visa principalmente o investimento no futuro dos jovens. Por esse motivo, políticas de inclusão social baseadas na inclusão cultural e na inclusão digital, que estão ao alcance das universidades, são fundamentais para a melhoria das condições de vida dessa população.

Nessa mesma linha estão todas as ações que possam treinar e capacitar o jovem para o mercado de trabalho. Estatísticas mostram que há uma enorme

porcentagem de jovens que terminam o seu período de aprendizado formal e permanecem praticamente inativos, pois não conseguem dar continuidade aos estudos ou arrumar um emprego. Na prática, essa situação transforma-se em um círculo vicioso no qual o jovem não tem recursos para continuar a estudar e nem tem uma boa formação escolar que lhe permita ingressar em uma disputada faculdade pública. Sem um bom nível educacional e sem experiência profissional, esse jovem acaba engrossando o mercado informal de trabalho ou permanece desempregado.

As universidades podem ajudar muito rompendo esse circuito e promovendo uma importante mudança estrutural para a juventude. Podem oferecer cursos de capacitação ou cursos profissionalizantes. Podem ajudar também participando de programas voltados para o primeiro emprego dirigidos a jovens com oportunidades restritas de inserção no mercado de trabalho.

Como já mencionamos, não é uma função prioritária da universidade promover cursos profissionalizantes de nível médio. No entanto, essa possibilidade deve estar presente, considerando dois aspectos importantes: a) a universidade tem um papel social a cumprir em uma situação de retomada da cidadania como essa que todos os brasileiros estão vivendo; b) o planejamento e a docência desse tipo de atividade podem ser exercidos por estudantes dos cursos de pós-graduação, como parte do seu processo de formação e dentro das prioridades definidas pela alta direção da instituição.

O Programa Fome Zero inclui um conjunto de modalidades de iniciativas voltadas para a promoção do primeiro emprego: a abertura de novos postos de trabalho; o incremento da política de aprendizagem, regulamentada pela Lei Federal 10.097; diferentes opções de estágio remunerado, que deve respeitar a condição de estudante do estagiário; e o apoio ao empreendedorismo juvenil. Ainda que as empresas tenham papel fundamental nessas iniciativas, a parceria das universidades será de grande importância. Elas podem, por exemplo, realizar a formação e capacitação de educadores responsáveis pela execução de programas de profissionalização de jovens. Além disso, alunos de baixa renda das próprias universidades podem ser candidatos potenciais a programas de incentivo ao primeiro emprego. As instituições podem contribuir organizando essa demanda entre seus alunos e estabelecendo convênios com empresas para atendê-la. As universidades particulares também podem, como empresas, abrir vagas em seu quadro de pessoal destinadas especificamente a jovens que nunca trabalharam.

## Microcrédito solidário

Entre as ações a serem desencadeadas pelo governo e pela sociedade no campo estrutural está o desenvolvimento e apoio de agências de microcrédito solidário. As ações das universidades não devem se confundir com a operação de um banco e nem tampouco cabe às autoridades acadêmicas administrar fundos. Todavia, é perfeitamente possível as universidades, principalmente as privadas, destinarem parte da sua receita para um fundo de apoio a projetos comunitários. Estudantes, docentes e funcionários também podem ajudar fazendo doações a serem descontadas no pagamento das mensalidades ou no recebimento dos salários, contribuindo para engordar esse fundo. Os valores dessa conta, por sua vez, seriam destinados a projetos comunitários — tocados por novos microempresários locais —, e voltados para a prestação de serviços ao público freqüentador dos campi. Os recursos seriam administrados com a assessoria dos docentes e estudantes e permitiriam a abertura de novos negócios como, por exemplo, fornecimento de refeições, instalação de copiadoras, papelarias, serviços de lavagem de veículos, serviços de entrega de documentos etc. Os dados comprovam que a taxa de inadimplência para esse tipo de operação é muito baixa e que o retorno social do investimento é compensador.

Os empréstimos pelo sistema de microcrédito giram em torno de R\$ 1 mil e são dados preferencialmente às mulheres. O próprio BNDES, organismo oficial, está autorizado a conceder esses empréstimos para atividades informais, que representam 77% do microempreendedores da carteira dessa instituição, o que comprova que, tomadas as devidas garantias e avais, é possível operar sem problemas com essa linha. Na falta de uma linha oficial de microcrédito é possível criar uma cooperativa de microcrédito ou, simplesmente, administrar um fundo comunitário com fiscalização e controle dos próprios envolvidos.

Qualquer outra ação no campo estrutural que possa garantir uma maior folga na renda das famílias em situação de risco é positiva e pode ser decisiva no sentido de dar maior estabilidade financeira a essas famílias. Embora não seja um apoio direto no campo alimentar, as instituições de ensino podem promover garantias de melhoria da renda também por meio de algumas outras ações junto a seus funcionários ou nas comunidades onde estão presentes, como, por exemplo: apoio financeiro à autoconstrução, bolsas de estudos para jovens filhos de funcionários ou membros da comunidade, patrocínio e constituição de cooperativas de consumo de alimentos ou material de construção, entre outras.

## Políticas específicas

As universidades podem ter uma atuação decisiva em iniciativas capazes de interferir diretamente nas políticas específicas de combate à fome. São denominadas políticas específicas aquelas que atuam diretamente sobre a quantidade, qualidade e regularidade dos alimentos consumidos. Os projetos relacionados ao diagrama 1, apresentado anteriormente, serão comentados destacando-se a possível contribuição do meio universitário.

O projeto mais abrangente voltado para o aumento no consumo de alimentos é o do Cartão-Alimentação. Por ser abrangente e adaptável às mais diferentes situações, a adoção do cartão de alimentação apresenta-se de forma complementar a outras políticas de apoio à renda da população em situação de risco, como Bolsa-Escola, Bolsa-Trabalho, Seguro-Desemprego ou outros. Na prática, o sistema de transferência de benefícios para as populações de risco caminha para a instituição de um cartão unificado que possa dar conta de todos os tipos de benefícios. De todo modo, o objetivo do Cartão-Alimentação é garantir a aproximação das duas pontas: o produtor de alimentos que não encontra preços remuneradores para os

seus produtos e o consumidor de baixa renda que não tem recursos para comprar alimentos.

Os técnicos do Programa Fome Zero estimam que a incorporação de novos consumidores que estejam à margem do mercado poderia trazer efeitos benéficos para a expansão da área cultivada com alimentos, para a geração de empregos e a arrecadação de impostos. Simulações mostram que essa política poderia gerar cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano de impostos (ICMS e PIS/Cofins) se incorporássemos ao consumo essas 44 milhões de pessoas muito pobres existentes no país (estimativa baseada nos números do público beneficiário calculado sobre a base de 1999). Se considerarmos uma ingestão adicional de 50% das calorias e proteínas em função da distribuição dos cupons às famílias pobres, a produção atual de arroz e feijão teria que aumentar em mais de 30%. Dada a tecnologia média vigente, isso significa expandir a área cultivada em quase 3 milhões de hectares, gerando mais de 400 mil postos de trabalho na agricultura familiar e aumentando o valor atual da produção agrícola em cerca de R\$ 5 bilhões por ano.

## O programa brasileiro do Cartão-Alimentação

O desenvolvimento de um programa de cupons nos moldes do FSP norte-americano deverá trazer um enorme ganho no combate à fome no Brasil. O programa do Cartão-Alimentação tem o mérito de ser bem focalizado, segundo as características de cada público. Nas grandes cidades, o programa garante poder de compra para a população pobre, movimentando tanto os grandes supermercados como também os pequenos varejos de periferia. Nas vilas e áreas rurais, o programa permite fazer uma ponte direta com a produção local, movimentando a economia regional. No caso brasileiro, o beneficiário do Cartão-Alimentação vê-se obrigado a diversas contrapartidas para que possa continuar no programa: reciclagem profissional para os desempregados, cursos de alfabetização, manutenção dos filhos na escola, manutenção da caderneta de vacinação das crianças em dia, realização de trabalhos comunitários etc. A comunidade, organizada na forma de comitês, controla e orienta a utilização de recursos por parte dos beneficiários, além de recomendar, organizar e realizar atividades para esse público.

É justamente nessa função particular que a universidade tem muito a contribuir. Tanto a instituição universitária como um todo quanto seus docentes e funcionários, individualmente, poderão participar do programa por intermédio do apoio voluntário às ações colocadas como contrapartida à concessão dos benefícios do Cartão-Alimentação. Para todas essas ações o Estado vai necessitar de voluntários que possam ministrar cursos, dar treinamento profissional e realizar inspeções de saúde. Em muitos casos, as instituições de ensino poderão disponibilizar também suas instalações, salas de treinamento, materiais e máquinas para a realização de cursos técnicos aos beneficiados. Algumas escolas já atuam isoladamente no apoio às comunidades, liberando funcionários em horário de trabalho para a realização de atividades comunitárias. Outras escolas mantêm postos de saúde, laboratórios e unidades avançadas de ensino fora dos campi e junto à comunidade. A proposta, portanto, é de ampliar essas possibilidades e realizar um trabalho coordenado de apoio ao público necessitado.

## O modelo do Food Stamp Program

A proposta do Cartão-Alimentação foi inspirada no Food Stamp Program — FSP, dos Estados Unidos. Combater a fome sem assistencialismo e ao mesmo tempo movimentar a economia foi o desafio lançado pelo presidente norte-americano Roosevelt em meio a recessão no início dos anos 30. Durante um período determinado, cada família pobre norte americana tinha direito a cupons de alimentação para comprar alimentos em estabelecimentos credenciados pelo governo. Esse programa seguiu no pós-guerra de forma parcial e administrado pelos estados até que, em 1962, todas essas iniciativas foram reunidas sob uma só administração federal. Atualmente, o Food Stamp Program é o maior programa de ajuda alimentar dos Estados Unidos e atendeu, no ano de 2001, a 7,3 milhões de domicílios e 17,2 milhões de pessoas por mês, a um custo de US\$ 17 bilhões.

A renda mensal bruta estabelecida para os candidatos ao programa deve ser igual ou menor que 130% da linha de pobreza (atualmente US\$ 1.628 mensais para uma família de três pessoas, por exemplo). Além disso, as famílias não devem ter ativos (depósitos bancários, aplicações e outros bens) totalizando mais de US\$ 2.000 ou US\$ 3.000 se houver pelo menos uma pessoa na família com mais de 60 anos de idade. Exige-se que o público selecionado esteja empregado, procurando emprego ou em programa de treinamento. Caso não cumpra nenhuma dessas exigências, o indivíduo cadastrado poderá receber o benefício por um período máximo de três meses a cada três anos.

Se uma família não tiver nenhuma renda, ela pode receber até US\$ 366 por mês (dados para uma família de três pessoas no ano de 2002). Os cupons ou créditos não podem ser trocados por dinheiro. Além disso, não podem ser utilizados para comprar: álcool ou cigarro, vitaminas ou remédios, alimentos prontos, alimentos para animais de estimação e itens não alimentares. O beneficiado pode comprar o produto e a marca de alimentos de sua preferência. A fiscalização dos estabelecimentos de varejo que trabalham com os cupons é bastante rigorosa, sendo que qualquer desvio é punido com o descredenciamento, processos civis e até mesmo o fechamento do estabelecimento. Em alguns estados permite-se comprar também sementes, mudas e equipamentos para o plantio de hortas e manutenção de estufas.

## Ampliação do acesso à alimentação

Outra forma de atuar diretamente sobre a questão da insegurança alimentar é utilizar os equipamentos de fornecimento de alimentação sob controle da universidade. Normalmente, as universidades e faculdades isoladas possuem restaurantes universitários, cantinas, lanchonetes e cafés espalhados pelo *campus*.

Esses equipamentos funcionam sob administração direta ou concessão por parte da reitoria, diretoria ou até mesmo da associação de docentes e centros acadêmicos.

Devem fornecer comida de qualidade, com acompanhamento nutricional e informação para os seus usuários. Não raro trabalham nas universidades funcionários pertencentes a famílias de baixa de renda ou mesmo estudantes pobres ou bolsistas. Para esse público, a refeição fornecida no “bandejão” pode ser a única do dia e portanto deve ser consistente e nutritiva. Um funcionário que come um cachorro-quente no almoço para economizar dinheiro pode estar em situação de risco nutricional, além de correr o risco de ficar doente, dadas as condições de higiene nas quais esses alimentos são vendidos.

Todavia, o aspecto mais importante nesses casos diz respeito à quantidade dos alimentos fornecidos. É muito importante que o funcionário ou estudante possa garantir grande parte das necessidades nutricionais diárias no seu próprio local de trabalho ou estudo. A experiência mostra que para muitas famílias pobres aquele que tenha se alimentado no almoço no local de trabalho pode não ter direito a jantar em casa. Cabe, portanto, à universidade garantir que esse funcionário ou estudante possa se alimentar com mais de uma refeição durante o dia. Em muitos casos, seria providente fornecer, além do acesso a refeições baratas e de qualidade, uma cesta básica para as famílias carentes.

Por outro lado, os equipamentos de alimentação das universidades também podem servir à comunidade. Não há porque discriminar o acesso de famílias previamente cadastradas e que, comprovadamente, estão em situação de carência, às instalações de alimentação da universidade. A possibilidade de se alimentar de forma subsidiada nas instalações do campus pode ser de grande ajuda para os membros carentes da comunidade, ao mesmo tempo que permite a quebra de algumas barreiras sociais muito frequentes no meio universitário.

## Apoio a programas emergenciais

Uma terceira forma de colaboração importante é a doação de cestas básicas. Considera-se essa política como de características tipicamente emergenciais. As experiências com doações permanentes de cestas básicas sempre foram muito criticadas e, ao mesmo tempo, foram alvo de clientelismo e corrupção por parte de governos. No passado, a cesta básica foi utilizada como moeda-de-troca política, ao mesmo tempo em que provocava um enorme vício junto ao público necessitado. Bem ou mal, as pessoas pobres se acostumavam com a cesta básica e entravam em uma situação de passividade, reduzindo ainda mais as suas oportunidades de retomar uma vida ativa e produtiva. A distribuição de cestas básicas provocava também um enorme impacto negativo no comércio das regiões pobres. Como praticamente todos os alimentos da cesta vinham de outras regiões que não aquela que recebia o benefício e o seu conteúdo atendia boa parte das necessidades alimentares das famílias, o comércio local ficava totalmente desativado, diminuindo ainda mais as chances de desenvolvimento local. Em 2001, o governo federal cortou as verbas para a distribuição de cestas básicas depois do seu número ter atingido um pico de 28,5 milhões de unidades em 1998.

Por todos esses motivos, acreditamos que a doação de cestas básicas deve ser

feita apenas em caráter emergencial. A universidade pode ajudar nessa política, não só arrecadando alimentos ou comprando e distribuindo cestas básicas, mas também de duas maneiras muito originais, a saber:

- a) Na troca de informações e utilização de estruturas de compras eletrônicas já existentes em grandes redes de supermercados, corretoras de mercadorias e atacadistas. Nesses ramos de atividade, executivos e funcionários altamente especializados trabalham no seu dia-a-dia, de forma bastante ágil, com informações sobre preços, cotações e disponibilidade de alimentos da cesta básica. O apoio técnico da universidade seria no sentido de suprir o poder público e as entidades assistenciais de informações no seu trabalho de compra e montagem de cestas. Vale lembrar que muitos centros universitários já fazem trabalhos de levantamento de preços e índices em bases semanais, fornecendo essas informações para o setor financeiro e clientes privilegiados.

Atualmente, em nível de governo, a aquisição de cestas ocorre de forma pouco transparente, em licitações nas quais se adquire o “pacote fechado”, sem direito ao benefício de eventuais ganhos na composição das diferentes cestas que, por sinal, deveriam ser regionalizadas.

## Desnutrição materno-infantil

b) No apoio logístico, com a cessão de caminhões, peruas e instalações de estocagem que muitas vezes estão disponíveis e ociosas na universidade. Vale dizer que um dos principais elementos de entrave a um bom

sistema de distribuição de cestas é justamente a falta de capilaridade dos armazéns governamentais e a morosidade das decisões quanto à separação das cargas e a contratação dos serviços de transporte.

O combate à desnutrição materno-infantil é um dos campos nos quais as parcerias entre universidades e organizações beneficentes, empresas e poder público podem ajudar muito. A taxa de mortalidade infantil no Brasil de 32,7 por 1.000 nascidos vivos (em 2001) ainda é bastante elevada embora tenha caído quase 50% em uma década (o patamar era de 46,2 por 1.000 nascidos vivos em 1991). Essa taxa porém ainda está abaixo do México com 25 por 1.000 nascidos vivos e muito distante de países como os EUA, com apenas 8 por 1.000 nascidos vivos. A desnutrição é a principal causa da mortalidade infantil no Brasil e um bom acompanhamento das crianças e informações corretas fornecidas para as mães poderão fazer com que o país progrida ainda mais nesse campo.

O trabalho de organizações beneficentes e prefeituras, com apoio decisivo das universidades, tem um importante papel complementar no acompanhamento e orientação às famílias, mães e crianças menores de um ano. São várias as alternativas de

suplementação alimentar mas, antes de tudo, deve-se reforçar a informação sobre o aleitamento materno. No âmbito profissional, as universidades devem garantir o direito das suas funcionárias-mãe à amamentação respeitando os horários para essa atividade. As instituições devem também manter creches registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e fiscalizar a alimentação suplementar fornecida por esses estabelecimentos para os filhos de seus servidores. Sugere-se, inclusive, que as mães possam receber uma cesta básica adicional para alimentar as suas crianças em idade pré-escolar.

Na comunidade em que atuam ou onde estão situadas, as instalações de saúde e de educação das universidades são excelentes recursos de apoio na organização do acompanhamento de saúde das crianças recém-nascidas ou em idade pré-escolar. Boa parte dos méritos pela redução das taxas de mortalidade infantil nos últimos anos no Brasil pode ser creditada ao trabalho da Pastoral da Criança. A base desse

## Educação alimentar

trabalho reside no acompanhamento mensal da saúde das crianças em áreas de periferia das grandes cidades e no controle da sua alimentação. Com maior facilidade ainda, as universidades poderiam se engajar em projetos semelhantes colocando recursos para treinar voluntários, fornecer voluntários (docentes, funcionários e estudantes), franqueando o acesso às suas

instalações médicas ou ambulatoriais para famílias previamente cadastradas ou mesmo realizando campanhas de reforço nutricional e vacinação nas suas comunidades. Vale lembrar que tudo isso deve vir acompanhado de um bom trabalho na área de saneamento básico e redução de epidemias nas comunidades, funções essas ao cargo dos governos.

A principal função da universidade está na área de educação e portanto há uma grande expectativa quanto ao papel que exercem essas instituições não apenas na educação formal em nível superior, mas também orientando a sociedade na educação para o consumo de alimentos. Esse talvez seja um ponto no qual o nosso país precisa investir bastante e promover uma verdadeira mudança cultural. Há pouca informação sobre as qualidades nutricionais dos alimentos no Brasil. Essa situação faz com que os consumidores adquiram os produtos independentemente da sua qualidade e mesmo do preço, em função da propaganda. A televisão brasileira possui uma enorme influência sobre as classes de renda mais baixa e uma campanha publicitária bem feita tem o poder de levar uma família a substituir alimentos saudáveis por guloseimas.

Atualmente está em vigor no Brasil uma legislação rigorosa estabelecendo

limites apenas para a propaganda de leite e derivados. Em países da Europa, vários produtos alimentícios também obedecem determinações restritivas por parte de órgãos fiscalizadores. Há também uma “quarentena” imposta a artistas e figurantes importantes de programas infantis de televisão impedindo a utilização de sua imagem para a venda de alimentos. Toda essa preocupação tem como fundamento a preocupação em garantir uma dieta saudável para todos desde a infância. Atualmente, mesmo em países de renda baixa, a obesidade já convive lado a lado com a desnutrição. Por outro lado, países pobres têm grande desperdício de alimentos — seja na produção, distribuição ou preparação —, e uma grande quantidade de pessoas com carências alimentares. Aí entra a atividade de educação e também a pesquisa científica e tecnológica exercida com maestria pela universidade.

## Ampliação da merenda escolar

A ampliação da merenda escolar é outro campo em que a universidade pode colaborar. Atualmente, o programa de merenda é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. O programa da merenda teve início em 1950 e atende diariamente quase 38 milhões de crianças sendo que 4,7 milhões desse total estão na pré-escola. Recentemente, o apoio na compra e preparação das merendas foi descentralizado, cabendo à comunidade local (a partir das prefeituras) administrar os recursos que são repassados pelo governo federal.

Até o final de 2002, o governo federal repassava o valor diário de R\$0,13 por criança matriculada no Ensino Fundamental gratuito e R\$0,06 diários para alunos do Ensino Infantil e de entidades filantrópicas. No início do atual governo, os valores do Ensino Infantil (pré-escola) e Fundamental foram equiparados no mesmo patamar. Teoricamente, esses valores atenderiam à meta de fornecer 350 Kcal e 9 g de proteínas por refeição, correspondendo a 15% das necessidades diárias das crianças brasileiras. As despesas com pagamento de pessoal, logística e instalações teriam que correr por conta do governo do estado ou das prefeituras.

Evidentemente, os valores repassados ainda são insuficientes para a garantia de uma alimentação saudável para todas as crianças. Nas comunidades mais ricas

esses valores acabam sendo complementados pela prefeitura ou mesmo pelas Associações de Pais e Mestres (APMs), mas nas localidades pobres, com poucas alternativas, a situação é muito mais crítica. Ademais, as diretrizes do MEC sugerem que a criança ou adolescente deve receber alimentação de qualidade por um período não inferior a 200 dias por ano, o que na prática representa um máximo de 200 dias. Da mesma forma, pode-se argumentar que o fornecimento de apenas 15% das necessidades nutricionais das crianças em idade escolar é muito pouco, pois muitas delas não poderão consumir alimentos em casa e muitas ainda terão que disputar com os seus irmãos e adultos da família o privilégio de se alimentar em outras refeições.

Portanto, todas as ações que possam ser realizadas nesse campo deverão atentar para que: a) se possa atender com alimentação crianças pequenas que estão em idade pré-escolar e que teriam maiores necessidades; b) se possa ampliar os recursos disponíveis para a alimentação dessas crianças, na escola e fora da escola e; c) se possa melhorar a qualidade dos produtos servidos na escola, inclusive incorporando alimentos regionais.

Normalmente, as prefeituras enfrentam enormes restrições orçamentárias e, portanto, muito pouco pode ser

acrescentado aos recursos repassados pelo governo federal. Nas localidades mais pobres, o repasse do governo é o único recurso disponível para alimentar as crianças, mas eles podem ser complementados por doações para as APMs, que atuam sob a supervisão do Conselho de Administração Escolar (CAE).

Colaborando com as APMs, a comunidade universitária pode fazer um grande trabalho de apoio na alimentação infantil. Como demonstramos, é necessário garantir recursos e pessoal para que a merenda possa atender mais gente, com maior quantidade e qualidade. Com a descentralização da merenda já estão surgindo sistemas de administração em que a própria comunidade controla os recursos, contrata pessoal e faz o cardápio dos alunos. Nesses sistemas, denominados escolarizados, o diretor da escola, juntamente com a APM, tem total autonomia na definição do atendimento que vai dar às crianças.

Em que pese a resistência do professorado em apoiar os sistemas escolarizados pois representam mais trabalho e mais responsabilidades para esses funcionários, quanto mais descentralizada é a gestão da merenda, mais eficiente é o gasto. Nos sistemas descentralizados, as escolas conseguem captar também mais doações, via APMs. Desse modo, o controle dos recursos fica mais próximo à comunidade.

A possibilidade das universidades colaborarem com recursos, conhecimento e pessoal para a merenda das escolas levanta também a necessidade de melhorar e reestruturar todo sistema de compra institucional. De nada adianta descentralizar as compras se não há controle sobre o que está se adquirindo e se os recursos estão sendo bem empregados. Visando melhorar e agilizar o processo, o governo federal, alguns estados e municípios já estão administrando sistemas eletrônicos de compra de alimentos, a exemplo do que ocorre na iniciativa privada.

Nas compras de pequeno valor é possível dispensar a licitação e fazer a compra por meio de carta-convite. O sistema eletrônico permite apresentar todas as ofertas e escolher o melhor preço e condições de pagamento. No futuro, superando alguns entraves legais, o sistema poderá funcionar para compras mais vantajadas, em sistema de leilão on line, economizando recursos, driblando a corrupção e garantindo maior agilidade.

Para que as escolas isoladamente e mesmo as prefeituras possam atuar mais eficientemente na compra institucional seria muito positivo que pudessem fazer uso de sistemas eletrônicos de compra. Isso demanda equipamento, programas, pessoal e treinamento. E a universidade pode oferecer tudo isso.

## Três níveis de atuação

Levando-se em conta que a universidade tem muito como atuar nesse campo, pode-se apresentar resumidamente algumas idéias sobre o assunto. A universidade pode atuar em três níveis:

Na própria universidade — informação e orientação aos freqüentadores dos restaurantes dos campi quanto ao valor nutricional dos alimentos, como compor uma dieta balanceada e como reproduzir essa situação nas compras e na preparação dos produtos em casa. Para docentes e funcionários que recebem vale-refeição, a mesma orientação deveria ser dada em palestras e boletins internos. Sugere-se inclusive que nutricionistas percorram restaurantes e lanchonetes utilizados pelo público da universidade, dando orientações, montando um cardápio especial e elaborando pratos com menor custo e maior benefício e menor desperdício.

Na comunidade — o trabalho educativo na comunidade é muito importante e a universidade pode colaborar, por exemplo, publicando de material informativo impresso, programas da rádio e TV universitária, cursos e campanhas. As informações obtidas quanto a preços e qualidade dos

alimentos adquiridos para os restaurantes da universidade podem ser amplamente divulgadas. Outra possibilidade é a de promover atividades de fim de semana voltadas para a alimentação na comunidade, em que pessoas previamente cadastradas pudessem ter aulas de culinária, nutrição e aproveitamento integral de alimentos, além de obter informações sobre a qualidade dos alimentos que consomem.

Na sociedade — O esforço de pesquisa e educação e a respeitabilidade dos técnicos e docentes do meio universitário resultam em enormes ganhos para o desenvolvimento econômico do país. A maior parte das instituições de ensino superior já desenvolve pesquisas e estudos relacionados com a questão da segurança alimentar. Essa capacidade residente encontrada nas universidades está em todas as áreas do conhecimento e pode ser colocada para sociedade de forma imediata. Ademais, o meio universitário goza de espaço privilegiado na mídia. Essas são as principais armas que a universidade tem para promover o debate e a mobilização da sociedade em torno da meta de segurança alimentar.

## Políticas locais

A regionalização e a administração das diferenças culturais é um ponto forte no Programa Fome Zero. As soluções devem ser adaptadas para cada tipo de público beneficiário. Não é possível imaginar que devam ser aplicados as mesmas políticas e os mesmos programas no campo e nas cidades. Ademais, há uma grande diferença entre as vilas, cidades pequenas e médias e regiões metropolitanas. Os problemas são diferentes e o tratamento dado para cada proposta, desde a sua forma de intervenção, controle e avaliação, deve ser feito de maneira distinta.

Nesse particular, as universidades levam uma enorme vantagem, por terem grande presença nos principais núcleos urbanos e também nas zonas rurais, comunidades indígenas, quilombos, assentamentos de reforma agrária e outros. Sua capacidade de intervenção

e influência sobre a realidade é imensa. Dada a diversidade de áreas abrangidas pela pesquisa científica e tecnológica, as principais instituições de ensino superior do país atuam por meio de campi avançados, núcleos de estudos e grupos de pesquisa em praticamente todo o território brasileiro.

Assim como o Programa Fome Zero vem buscando políticas específicas para cada situação, a participação das universidades deve ser também diferenciada. Embora seja mais evidente a necessidade da universidade atuar na área geográfica em que está instalada, é muito salutar o apoio a projetos de combate a fome em regiões ou locais onde as carências são maiores.

Para que a apresentação se faça de maneira mais didática vamos dividir as possibilidades de ação da comunidade universitária segundo as três áreas selecionadas.

## Ações contra a fome nas áreas rurais

No campo se encontra um grande contingente de brasileiros vulnerável à fome. A universidade pode apoiar a melhoria na renda e nas condições de alimentação dessas populações de duas formas imediatas: apoiando as atividades mercantis agropecuárias e não agropecuárias, combinação conhecida como pluriatividade, de base familiar e apoiando a produção para o autoconsumo.

A universidade tem uma longa tradição de apoio ao produtor rural. A partir do trabalho de pesquisa e extensão rural proporcionado pela universidade, o Brasil logrou enormes avanços na produção. Foi também a partir do papel da universidade que os fenômenos sociais do mundo rural brasileiro começaram a ser estudados. Com o desmonte da rede de assistência técnica governamental nos anos 80 e 90, a importância da universidade como transmissora de conhecimento aos agricultores foi ampliada, representando um dos poucos pontos de apoio ao pequeno produtor. No terreno da pesquisa científica e tecnológica para a agricultura a universidade também se manteve firme, lado a lado com a Embrapa e outras instituições públicas, no seu trabalho de gerar a inovação e adaptá-la à realidade do campo.

Sabemos que a agricultura brasileira vive uma fase de grandes transformações e que, apesar dos

recordes na produção de grãos, o Brasil ostenta um quadro deplorável de miséria e pobreza rural. Pesquisas mostram que a maior parte dos estabelecimentos comerciais não aproveita na totalidade suas potencialidades de produção. Por outro lado, observa-se também que uma parte importante do consumo de produtos agrícolas e agroindustriais entre as famílias de produtores rurais é realizada a partir de compras externas e não de produção própria.

O governo federal avançou bastante com o lançamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no final de 1995, fornecendo crédito a juros pré-fixados em níveis reduzidos para produtores familiares. Todavia, esse programa poderia avançar mais, com mais recursos, menos burocracia e custos ainda mais baratos. Como não há recursos para todos, há uma grande demanda reprimida por microcrédito ou crédito cooperativo para esses produtores.

Atualmente, além dos bancos oficiais e cooperativas de produtores, algumas empresas privadas concedem créditos aos produtores. No entanto, esse crédito de empresas privadas esteve sempre vinculado a um sistema de adiantamentos de fornecedores ou processadores. Torna-se necessário então criar novos canais para obtenção de empréstimos e que esses

empréstimos possam ser voltados a atividades agrícolas e não agrícolas como o turismo rural, lazer, plantas processadoras, artesanato e outras. É muito importante garantir também créditos para investimento em pousadas e restaurantes como também na habitação, construção de poços e cisternas, entre outros benefícios.

Dados do BNDES mostram que, no ano de 2001, o programa de microcrédito do banco operou com 31 instituições microfinanceiras cadastradas, 28 ONGs (organizações não-governamentais) e 3 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs). Nesse ano, foram realizadas 90 mil operações. O volume de empréstimos superou os R\$100 milhões. Esse número poderia ser ainda muito maior se houvesse uma organização mais ampla das comunidades e uma orientação quanto ao tipo de projeto mais rentável para esses microempreendedores.

O apoio das universidades, seja por meio da pesquisa, da assistência técnica ou mesmo pelo voluntariado do corpo docente, para orientação desses pequenos produtores, é fundamental. Um exemplo bem-sucedido de apoio técnico, que passa principalmente pelo varejo, tem sido o desenvolvimento de programas de produção agropecuária certificada ou de artesanato local. Esses programas valorizam a produção em pequena escala, realçando as diferenças geográficas e culturais das regiões fornecedoras. Considerando que a diversidade está cada vez mais valorizada no mundo de hoje, principalmente para o consumidor de alta renda, trata-se de investir na comercialização de mercadorias diferenciadas, com alto componente local, permitindo uma renda maior aos produtores de pequena escala.

## Ações contra a fome nas pequenas e médias cidades

Quase metade dos brasileiros com renda inferior a US\$ 1,08 reside em pequenas e médias cidades. Paradoxalmente, nessas pequenas localidades o combate à pobreza e à fome pode ser feito de uma forma muito mais eficiente. Nas pequenas comunidades é muito mais fácil identificar as famílias fragilizadas, conceder benefícios e fazer o acompanhamento necessário. Teoricamente, os recursos para o combate à fome poderiam ser muito melhor aproveitados nas pequenas comunidades. Da mesma forma, a atuação das universidades em benefício desse público pode proporcionar resultados em prazo muito mais curto com maior eficiência.

### Bancos de alimentos

A ação das universidades em pequenas e médias cidades pode ocorrer por intermédio da oferta de assessoria técnica à criação e manutenção de bancos de alimentos. Esse programa teve início no Brasil em 1994, com o objetivo de viabilizar formas de aproveitamento de alimentos que são desperdiçados em toda a cadeia produtiva, enfatizando os setores de distribuição e comercialização. O programa tem uma concepção nos moldes do Food Bank, pertencente à Second Harvest, uma organização

não-governamental que congrega em sistema de rede nacional cerca de 200 bancos de alimentos, fornecendo comida a 26 milhões de americanos e porto-riquenhos, entre os quais, 8 milhões de crianças.

Existem alguns tipos diferentes de bancos de alimentos em atividade no Brasil. Atualmente o maior programa em atividade é o Mesa São Paulo que é ligado ao Sesc-SP e se sustenta principalmente no programa Colheita Urbana, iniciado em julho de 1997. A Colheita Urbana é um pouco diferente de um programa como o Banco de Alimentos, pois trabalha com alimentos de alta perecibilidade e não se utiliza de estocagem. O Colheita Urbana também foi pensado a partir de experiências existentes, como o Foodchain, uma rede de organizações não-governamentais dos Estados Unidos e Canadá, que tem como objetivo coletar todos os dias e de forma segura alimentos frescos e refeições prontas que ficaram intocadas em restaurantes, hotéis, bufês, cafeterias e supermercados. Os alimentos são imediatamente encaminhados a cozinhas comunitárias, albergues, creches, igrejas, asilos e todo tipo de instituição que atenda pessoas carentes. Também merecem destaque os programas iniciados em Santos, Santo André, Campinas, Salvador, Porto Alegre e outras cidades. A distribuição, por

meio de veículos, é realizada no mesmo dia. Cada equipe é informada previamente a respeito do percurso, faz as coletas dos alimentos doados pelas empresas participantes e entrega imediatamente às instituições cadastradas. Todos esses programas contam com equipes de profissionais treinados e possuem veículos adaptados para o transporte de alimentos.

Em 1998, esses programas coletaram cerca de 91 mil toneladas de alimentos, que foram utilizadas no preparo de mais de 135 milhões de refeições nos EUA. Apenas a título de comparação, em 2002, o Mesa São Paulo e outras sete unidades do Sesc espalhadas pelo Brasil arrecadaram somente 2,8 mil toneladas, beneficiando 74,7 mil pessoas.

Em 2003, o Mesa São Paulo e essas outras sete entidades se uniram a um programa nacional desenvolvido pelo Sesc, denominado Mesa Brasil. Esse programa deverá se espalhar por todos os estados do país até o final do ano. O Mesa Brasil prevê o funcionamento, em rede nacional, das duas modalidades de aproveitamento de alimentos que são atualmente praticadas de forma isolada: a Colheita Urbana e o Banco de Alimentos.

Os programas de banco de alimentos podem ser administrados pelo poder público, por associações ou pela iniciativa privada. Dadas as dificuldades legais para o poder público aceitar doações e contratar pessoal e serviços, esse é um programa típico a ser pilotado pela iniciativa privada e ONGs, no qual o suporte técnico de universidades é de grande relevância. Entendemos ainda que é nas pequenas e médias cidades que esse tipo de iniciativa tem grandes chances de dar certo.

As universidades podem ajudar, basicamente de três formas:

- realizando doações de gêneros alimentícios, empréstimos de veículos para transporte, depósitos, embalagens etc.;
- colaborando com as instituições que atendem a população-alvo do programa, porque os bancos de alimentos em geral apenas complementam a alimentação;
- com os voluntários profissionais, como nutricionistas, microbiologistas, contadores e também em atividades operacionais, como motoristas, entregadores e ajudantes.

### **Nova legislação para incentivar doações**

A experiência do Mesa Brasil Sesc São Paulo levou o Sesc-SP a propor mudanças na legislação vigente. Atualmente há uma enorme resistência das empresas em doar alimentos, por receio da responsabilidade que possa ser imputada por algum dano que esse alimento doado possa causar às pessoas assistidas. Há também o problema da tributação de IPI e de ICMS que incide sobre o valor do alimento doado e que torna a atividade de benemerência um ônus para quem a faz. Portanto a Federação do Comércio do Estado de

São Paulo propôs ao Executivo Federal, em 1996, a elaboração de uma legislação específica que possa incentivar as doações: o projeto de lei conhecido como Estatuto do Bom Samaritano (ver box). No caso da tributação, o governo federal anunciou, em abril de 2003, que deverá assinar um decreto isentando as doações para o Programa Fome Zero do pagamento de IPI. Da mesma forma, estão sendo feitas gestões no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados da federação, no sentido de estender essa isenção para a cobrança do ICMS.

## Estatuto do Bom Samaritano

A proposta do Estatuto foi baseada em outras legislações de incentivos fiscais no Brasil, como o PAT— Programa de Alimentação do Trabalhador e as leis de incentivo à cultura, e na legislação americana. A proposta resultou em quatro anteprojetos de lei e um anteprojeto de convênio relativo ao ICMS, que protegem o doador e concedem isenções e incentivos fiscais. Três dessas propostas, que tratam das isenções e dos incentivos fiscais, por serem matérias tributárias são de iniciativa privativa do Executivo. A matéria que dispõe sobre a responsabilidade civil e criminal das pessoas naturais e jurídicas que doam alimentos é de competência do Poder Legislativo. Já a proposta de convênio ICMS é uma questão a ser deliberada pelo Confaz. Os empresários teriam ainda isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos alimentos, máquinas, equipamentos e utensílios doados a entidades, associações e fundações sem fins lucrativos, que tenham por finalidade o preparo e distribuição gratuita de alimentos a pessoas carentes.

Desses anteprojetos de lei, apenas um, o que trata da responsabilidade civil e criminal do doador, foi aprovado pelo Senado da República (PL 4747/1998 do senador Lúcio Alcântara) e atualmente está tramitando na Câmara dos Deputados. Todavia, um projeto de lei de igual teor de autoria do deputado Feu Rosa (PL 03289/1997) também se encontra tramitando na Câmara, estando atualmente no aguardo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Os restantes não estão em tramitação em nenhuma das duas casas do Congresso Nacional.

## Agricultura urbana

Merece destaque também entre as políticas de apoio da comunidade universitária ao enfrentamento da fome a questão da agricultura urbana. O destaque usualmente conferido à problemática agrícola e rural faz com que as atividades urbanas de produção e de distribuição de alimentos raramente recebam uma consideração proporcional à sua importância, a ótica da atuação dos serviços de fiscalização e de inspeção. Resta ainda se delinear um programa dirigido aos pequenos e médios produtores urbanos de alimentos (e de refeições prontas) e, principalmente, à qualificação do pequeno varejo. Esse aspecto é tão mais importante quando se consideram os efeitos da presença hegemônica de grandes agentes como as redes de supermercados e da indústria alimentar.

A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar reflete também uma estratégia de “juntar as duas pontas”, quais sejam, os produtores agrícolas e os consumidores. Quando essa produção agrícola e industrial se localiza nas cidades é tanto melhor pois permite que a própria população possa auferir os ganhos e os benefícios da sua produção. A importância da agricultura urbana cresceu tanto que a FAO lançou recentemente um programa denominado “cidades alimentando cidades”. Nessa iniciativa há um tratamento especial ao estabelecimento de hortas urbanas, utilização de terrenos baldios para o cultivo de alimentos e, principalmente, sobre o uso da água.

A universidade enquanto instituição, e também como comunidade envolvida em projetos de cidadania, pode ajudar decisivamente nesse aspecto cedendo espaço mediante mecanismos jurídicos, como a cessão em comodato, para a produção por parte de trabalhadores desempregados, fornecendo materiais e assistência técnica para esses novos produtores e adquirindo produtos provenientes desses cultivos para os restaurantes, cantinas e cafés instalados no *campus*.

## Ações contra a fome nas regiões metropolitanas

O Programa Fome Zero incorpora uma série de ações a serem desenvolvidas nas áreas urbanas das pequenas e médias cidades e avança propondo algumas outras medidas para o combate à fome nas regiões metropolitanas, uma vez que é nessas áreas que a pobreza e a fome têm crescido de forma mais dramática.

### Restaurantes populares

A proposta de restaurantes populares é a que tem maior aplicabilidade nas grandes metrópoles. Há um enorme contingente de pessoas que se desloca diariamente para o centro das grandes cidades e que passa o dia sem qualquer refeição, trabalhando, freqüentando a escola ou se utilizando de serviços. Esse público trabalha, freqüenta a escola ou utiliza serviços no centro dessas cidades e, muitas vezes, passa o dia sem qualquer refeição. Para essas pessoas a possibilidade de se alimentar por um custo reduzido representa uma enorme ajuda, que estabelece uma folga nos seus gastos e libera recursos para a alimentação de outros membros da família.

O Fome Zero pretende lançar abrangente programa de restaurantes populares, que possam fornecer refeições a preço de custo para atender

a uma enorme demanda de trabalhadores de baixa renda que hoje se alimentam de forma não satisfatória nas ruas.

Não raro o almoço realizado nos restaurantes populares hoje em funcionamento é a única refeição que o indivíduo realiza durante o dia. Quando recebe ajuda da empresa na forma de ticket ou de refeição em restaurantes próprios, o trabalhador de baixa renda reserva o pouco de salário que lhe resta para fazer as compras de supermercado para a família.

Um fenômeno interessante observado no restaurante popular de Belo Horizonte foi a presença de trabalhadores que recebiam ticket das suas empresas. Nesse caso, o indivíduo preferia gastar o seu próprio dinheiro no pagamento da refeição no restaurante popular e usar o ticket para a compra de alimentos em supermercados ou mesmo trocar o ticket por dinheiro no mercado paralelo, para ser utilizado em outras compras.

Levantamentos realizados mostram que uma refeição em restaurantes populares poderia custar R\$ 1,80, considerando-se todos os custos variáveis e gastos com mão-de-obra (exemplo do custo do Restaurante Popular de Belo Horizonte). Essa é média observada

também no estado do Rio de Janeiro. Não estariam incluídos nesse cálculo os dispêndios com a instalação do restaurante, aluguéis, reformas ou outras despesas com os locais que podem ser cedidos pelo poder público. Caso os gastos com pessoal e manutenção da infra-estrutura sejam cobertos pelas prefeituras, governos estaduais ou entidades beneficentes, como ocorre hoje, o custo da refeição pode ser próximo de R\$1,00.

A universidade pode se engajar no programa de restaurantes populares oferecendo serviços técnicos. Há uma enorme gama de serviços que gravitam em torno da administração de um restaurante popular que podem ser providos por pessoal da universidade, reduzindo mais ainda os custos da refeição. Entre esses podemos mencionar o papel dos nutricionistas, engenheiros de alimentos, administradores, economistas etc. Há também a possibilidade de os restaurantes do campus e algum restaurante popular situado nas imediações trabalharem em linha, negociando compras conjuntas com os seus fornecedores locais, preparando cardápios em comum e treinando pessoal conjuntamente. Isso pode representar também uma enorme economia de recursos para o restaurante popular, contribuindo para o barateamento das refeições.

## Doações de alimentos

Nas regiões metropolitanas há também um importante trabalho a ser feito a partir das doações de alimentos. A aplicação de uma nova legislação deverá provocar um significativo aumento no aporte de alimentos colocados à disposição das entidades. Porém, independentemente disso, usando mecanismos como os documentos que transferem responsabilidades e os convênios, a universidade já pode colaborar com doações em gêneros alimentícios ou mesmo com trabalho voluntário.

Sabe-se que uma quantidade enorme de alimentos não aproveitados é simplesmente jogada fora pelas cantinas e restaurantes do campus. Com a aplicação da nova legislação proposta no estatuto do Bom Samaritano torna-se também mais fácil a constituição de Bancos de Alimentos permitindo um fluxo contínuo de produtos que possam viabilizar o abastecimento de restaurantes de apoio, albergues e casas de recepção desses indivíduos desamparados. As instituições beneficentes ou o Banco de Alimentos poderiam captar os alimentos doados, separando-os e até mesmo realizando algum processamento para a sua distribuição via equipamentos de apoio.

A distribuição dos alimentos doados seria feita prioritariamente por instituições beneficentes com o apoio do poder público. Essas parcerias seriam incentivadas por recursos ou convênios de cooperação com as prefeituras das cidades que compõem as regiões metropolitanas e visariam retirar os indigentes da rua, dando abrigo, alimentação e treinamento para que os mesmos possam buscar novas oportunidades de trabalho.

Adicionalmente é fundamental que a legislação do Imposto de Renda volte a considerar as contribuições de pessoas físicas para instituições de caridade, o que permitiria incentivar funcionários e colaboradores das instituições universitárias a fazerem doações passíveis de dedução para efeito de tributação. Atualmente, a legislação não permite o desconto de quantias a serem doadas diretamente no contra-cheque do funcionário. Esse benefício foi

retirado a partir de 1999, deixando milhares de entidades sérias sem fontes de receitas permanentes.

O funcionamento de equipamentos como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias deve ser recolocado como alternativa viável de política em áreas urbanas, metropolitanas ou não. Esses equipamentos tiveram o seu auge nas décadas de 70 e 80, em função da elevada inflação no período e da mobilização de comunidades de bairros periféricos. Hoje, com a nova conjuntura de estabilidade relativa da moeda e elevado grau de concentração do varejo, seria necessário repensar a inserção dessas formas alternativas de comercialização de alimentos, buscando atender prioritariamente a população de baixa renda.

## Programa Mesa Brasil Sesc São Paulo

Distribuir alimentos, principalmente in natura, para combater a fome e o desperdício de alimentos é a missão do Programa Mesa Brasil Sesc São Paulo, mais conhecido como Mesa São Paulo. Para tanto, recolhe os alimentos das empresas doadoras e distribui para instituições devidamente cadastradas. O projeto original, instalado no Sesc Carmo, conta com nutricionistas e assistentes sociais que monitoram a qualidade dos alimentos distribuídos e seu aproveitamento nas instituições beneficiárias. Os profissionais dessas instituições recebem orientações quanto à melhor maneira de armazenar, higienizar e manipular os alimentos recebidos, de modo a garantir refeições mais nutritivas. O planejamento das ações garante que a coleta nas empresas e a distribuição às instituições ocorram no mesmo dia.

O Mesa São Paulo nasceu em 1994, inspirado pelo movimento “Ação pela Cidadania contra a Fome”, e baseado no estudo de exemplos existentes em outros países, como EUA e Portugal. Atualmente, distribui principalmente produtos como hortaliças, legumes e frutas e conta com 200 empresas. Muitos são pequenos produtores, diversas padarias e algumas grandes empresas. A maioria das empresas doa alimentos, mas também há outros casos, como a DHL, que doou um veículo para distribuição dos alimentos e arca com os custos do motorista e mais dois voluntários.

Participam como parceiros técnicos nutricionistas, biólogos, microbiologistas e diversas instituições, como Unicef e Polícia Militar. As instituições beneficiadas somam 194, entre creches, asilos, albergues, associações de apoio a crianças com câncer e outras.

O Programa Mesa São Paulo serviu de base para o surgimento de iniciativas semelhantes nas unidades do Sesc de Itaquerá (São Paulo), Santos, São José dos Campos e Bauru, e nos Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará.

Em fevereiro de 2003, o Departamento Nacional do SESC decidiu ampliar a iniciativa para todos os demais estados brasileiros, surgindo assim o Mesa Brasil SESC.

Mesa Brasil Sesc São Paulo  
 Contato: Paulo Ricardo Martin  
 Rua do Carmo, 147  
 CEP 01019-020  
 São Paulo – SP  
 E-mail: email@carmo.secsp.com.br  
 DDG: 0800 177 772

### **Centrais de compra e distribuição**

Para que se possa viabilizar essa política, é preciso também incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas, que dariam apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas, os quais, por sua vez, teriam de comercializar os alimentos da cesta básica e também outros gêneros alimentícios a preços mais baixos. Atualmente as centrais de compras das grandes redes de supermercados permitem ganhos em termos de custos significativos. Ademais, devido às suas características operacionais, as centrais de compras têm condições de promover uma melhor qualidade para os produtos distribuídos e uma relação mais estreita quanto a variedades cultivadas, embalagens, forma de comercialização etc., com os produtores agrícolas e fornecedores. Mais uma vez a universidade pode ajudar com seus técnicos e especialistas, fomentando essas formas de atuação por meio de mecanismos associativistas, envolvendo produtores e pequenos varejistas.

Outra forma de consolidar parcerias com os varejistas é o apoio das Centrais de Abastecimento (Ceasas) e das centrais de compras e de distribuição públicas para as operações de pequenos comerciantes. Caberia ao poder público organizar e facilitar a integração de varejistas atuantes em cooperativas ou associações, para que os mesmos possam competir em igualdade com as grandes redes de supermercados. Esses pequenos comerciantes organizados em cooperativas ou associações seriam treinados para que pudessem trabalhar melhor e oferecer um produto de melhor qualidade e mais barato às populações de áreas mais pobres.

The background of the slide is a light blue color with a repeating pattern of small, white line-art icons. These icons represent various aspects of food, agriculture, and health, including items like a hot air balloon, a watermelon, a pot, a carrot, a book, a chicken leg, a faucet, an apple, a family, a fish, a truck, a tree, a baby, a leaf, a glass, a pig, a tractor, a banana, a bunch of grapes, a cow, a bowl, a person, a wheel, a cheese wheel, a box of eggs, a candy cane, a burger, a basket of fruit, a carrot, a flask, an airplane, a money bag, a flower, a teapot, a corn cob, a goat, a person plowing, a baby bottle, a plate of food, a bunch of grapes, a person, a banana, an ice cream cone, a barrel, a globe, a can, a cupcake, a cup of coffee, an orange, a spoon, a colander, a lizard, a syringe, a tree, a chef, a loaf of bread, a knife, and a teapot.

**BONS EXEMPLOS  
DE AÇÕES DAS  
UNIVERSIDADES PELA  
SEGURANÇA ALIMENTAR**

## Universidade Federal do Pará — UFPA (PA)

O Programa Poema — Pobreza e Meio Ambiente da Amazônia visa a implementação de formas inovadoras de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente nas comunidades carentes de Belém e na região amazônica. Criado em 1992 pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA) como um programa interdisciplinar de desenvolvimento e pesquisa, tem como parceiros produtores rurais organizados, órgãos públicos, ONGs, empresas privadas e instituições de ciência e tecnologia. Atualmente envolve em seus vários projetos mais de sessenta profissionais entre agrônomos, sociólogos, nutricionistas, engenheiros florestais, químicos, biólogos, geólogos e antropólogos.

O Poema realiza estudos e experiências de produção, gerenciamento e comercialização e dá consultoria sobre geração de energia a partir de recursos naturais, já que a maioria das comunidades não dispõe de rede elétrica. O programa possui três áreas de atuação:

1. Poemar — ONG fundada em 1995, utiliza os estudos feitos na UFPA e em centros de pesquisa, aliados ao conhecimento das populações da Amazônia, para detectar seus maiores problemas e combater a pobreza e a destruição do meio ambiente.
2. Poematec (Comércio de Tecnologia Sustentável para a Amazônia) — Empresa criada em 1996, apóia o

desenvolvimento e a implementação de tecnologias e dá suporte técnico a projetos produtivos.

3. Bolsa Amazônia — Busca viabilizar economicamente o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Um dos principais projetos desenvolvidos utiliza a fibra do coco na fabricação de encostos de cabeça para assentos de caminhões. Os técnicos do Poema estabeleceram parceria com a Mercedes-Benz, que desenvolveu a tecnologia e assume a produção das 300 peças feitas por dia, complementando a renda dos moradores. Além da universidade, da Mercedes-Benz e das comunidades que fornecem a matéria-prima, o projeto tem também como parceiros a prefeitura de Ananindeua, que doou o terreno, e o governo do Pará, que financiou as instalações. A cadeia produtiva do coco envolve cinco mil pessoas, de 17 comunidades rurais; sete agroindústrias comunitárias no interior do Pará realizam a extração da fibra, comercializando-a por meio da Poematec.

O Poema mantém outros projetos em andamento, como a utilização do sal de cozinha no tratamento da água, a distribuição de *kits* de energia solar e a criação de aves em galinheiros que ficam sobre tanques de piscicultura, para que os excrementos sirvam de comida aos peixes.

## Centro Universitário São Camilo (SP)

O Centro Universitário São Camilo desenvolve o programa **Attende: Atendimento Técnico em Nutrição para Desenvolvimento Empresarial**. Por meio dele, professores e estagiários da área de nutrição fornecem, gratuitamente, consultoria e assessoria em nutrição para micro e pequenas empresas atuantes na área de alimentação, ONGs e instituições filantrópicas.

O atendimento é feito a entidades e empresas do comércio e da indústria que não dispõem de recursos financeiros para implementação da área de nutrição nem para contratação de nutricionistas. A equipe realiza diagnóstico, planeja e acompanha a empresa durante o tempo necessário para que a implantação das mudanças promovidas seja consolidada.

As micro e pequenas empresas recebem orientação mercadológica e de gestão de negócios, e são desenvolvidas ações de educação culinária, segurança alimentar na cozinha, organização e planejamento da área de alimentação, além de desenvolvimento, manipulação de produtos e rotulagem nutricional.

O projeto desenvolve, com ONGs e entidades filantrópicas, trabalhos de administração e planejamento de atividades relacionadas à nutrição e alimentação, como organização e orientação da elaboração de refeições, cestas de alimentos e cardápios, treinamento da equipe de funcionários, política de compras, cursos de culinária para geração de renda, desenvolvimento de receitas de baixo custo e de aproveitamento racional dos alimentos, orientação alimentar e nutricional para a comunidade e constituição de hortas comunitárias.

Outro projeto desenvolvido é o **ABC da Cozinha**, curso para formação de ajudantes de cozinha que ensina técnicas culinárias e de higiene na preparação de alimentos. Além disso, também realiza cursos de educação culinária e higiene alimentar para gestantes, incluindo alimentação do bebê após os seis meses de idade. Os casos de crianças obesas e desnutridas são encaminhados à clínica da São Camilo, que também presta atendimento gratuito aos parceiros e à comunidade.

O Attende conta hoje com 41 projetos em andamento, desenvolvidos por uma equipe técnica composta por 55 estagiários do 4º ano da faculdade, orientados por quatro professoras do departamento de nutrição.

Contato  
Profª Sílvia Martinez Bernardes e  
Profª Cristina Rebolho  
Centro Universitário São Camilo (SP)  
Departamento de Nutrição  
E-mail: [attende@scamilo.edu.br](mailto:attende@scamilo.edu.br)  
Site: [www.scamilo.edu.br](http://www.scamilo.edu.br)

## Universidade Estadual Paulista – Unesp (SP)

O Projeto de Educação de Jovens e Adultos (Peja) da Unesp (SP), busca promover a inclusão social de pessoas não-alfabetizadas das comunidades interna e externa dos *campi*. Por meio de um processo regular de ensino e aprendizagem, visa desenvolver o potencial de cada um como cidadão participante de sua comunidade, da sociedade brasileira e do mundo.

Os principais objetivos do projeto são preparar jovens e adultos para ler e escrever, e empregar o sistema de numeração decimal e as operações fundamentais na resolução de problemas do dia-a-dia. O curso também propicia que os alunos conheçam os direitos, deveres e leis que regem o mundo do trabalho, desenvolvam noções de saúde física, psicológica e mental e discutam questões relativas à preservação do meio ambiente.

O Peja funciona nos *campi* da Unesp em Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto. Com variações em cada cidade, mantém salas dentro dos *campi*, em bairros periféricos e em instituições locais. Além de jovens e adultos não-alfabetizados, atende portadores de deficiência auditiva, deficientes visuais, ex-pacientes do hospital psiquiátrico, jovens dependentes de drogas ou que cometeram pequenas infrações

e catadores de lixo. Em 2002 foram atendidos aproximadamente 390 alunos.

São desenvolvidos também cursos semestrais de capacitação para monitores-educadores e coordenadores, que permitem a interação dos vários *campi*. Algumas ações são realizadas em parceria com as prefeituras, como seminários, oficinas sobre uso de jornais e cursos de capacitação oferecidos a professores da rede municipal, contribuindo assim para a formulação de políticas públicas.

Além disso, a Pró-Reitoria de Extensão e a Vice-Reitoria da Unesp implementam o Programa de Formação Permanente dos Funcionários da Unesp, visando incluir no processo social de educação funcionários que ainda não completaram o ensino fundamental. O programa atende à necessidade de formação e aperfeiçoamento permanente dos funcionários da Unesp, melhorando o desempenho de suas funções específicas.

## Universidade Federal de São Carlos — Ufscar (SP)

O Departamento de Engenharia de Produção da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos), visando estreitar as relações da instituição com a comunidade onde está inserida, coordena um projeto que introduziu suco natural de laranja na merenda das escolas e creches públicas da cidade de Bebedouro (SP).

O projeto nasceu da necessidade de barrar o processo de exclusão social de pequenos produtores de laranja da região, resultante do crescente controle da produção local por indústrias produtoras de suco concentrado, destinado principalmente à exportação.

No período de queda nos preços internacionais e crise no mercado de trabalho que emergiu em 1998 e 1999 na região — conhecida como principal pólo produtivo de suco de laranja do Brasil — restavam poucas alternativas para reconversão de áreas e recolocação dos trabalhadores. Após levantamentos, observou-se que as prefeituras da região não utilizavam

o potencial produtivo da agricultura, e que as compras municipais estavam enredadas em uma série de procedimentos administrativos burocráticos.

A ação da universidade constituiu-se na assessoria à prefeitura municipal para a utilização das verbas disponíveis e na organização e orientação de pequenos produtores no sentido de formarem uma associação para o fornecimento de suco pasteurizado para as escolas. Hoje esse processo de fornecimento atende 8 mil crianças diariamente e envolve 22 pequenos citricultores e uma pequena instalação industrial baseada no próprio município.

Dessa forma, o projeto promove o acesso da população de baixa renda a um alimento saudável e natural, e garante a produção dos pequenos agricultores do município e o desenvolvimento sustentável da atividade, já que toda a renda originada do negócio fica concentrada na própria região.

## Rede Unitrabalho

A Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) atua, no âmbito do seu Programa de Economia Solidária, para fomentar a criação de incubadoras de empreendimentos solidários nas universidades agregadas à rede, bem como para estimular a consolidação das incubadoras existentes e sua integração aos núcleos das respectivas universidades.

O principal objetivo do Programa de Economia Solidária é lutar contra a pobreza e pela construção de novas relações de trabalho e no trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável, a autonomia dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Os beneficiários das ações do programa estão assim distribuídos: trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, população marginalizada e de baixa renda; trabalhadores desempregados em razão dos processos de privatização de empresas estatais e de reestruturação produtiva de empresas privadas; grupos sociais específicos, como portadores de necessidades especiais, catadores de lixo, presidiários e outros; e trabalhadores de empresas autogestionárias com risco de encerramento das atividades.

As ações em desenvolvimento pelo Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho baseiam-se em apoiar, por meio do processo de incubação, a criação e viabilização de empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, redes, etc.), oferecendo suporte jurídico, contábil, de marketing, etc., e buscando parcerias para comercialização, acesso a crédito e acesso a políticas públicas. Procuram ainda promover a articulação e a integração entre os empreendimentos, formando complexos e redes de cooperação, e constituir um banco de dados atualizado e disponível para a sociedade sobre os núcleos que atuam na economia solidária e os empreendimentos formados e apoiados por tais núcleos.

No total, 39 universidades públicas e privadas de 18 estados brasileiros estão atualmente agregadas à Rede Unitrabalho e participando do Programa de Economia Solidária.

Contato  
Francisco José Carvalho Mazzeu  
(diretor-executivo)  
E-mail: economiasolidari@uol.com.br  
Site: www.unitrabalho.org.br

## Universidade Federal de Alagoas — Ufal (AL)

A intervenção da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) na Fábrica de Doces Matuto na Praça visa fomentar o desenvolvimento sustentável no povoado de Canastra, localizado no município de Iateguara (AL). O município, distante 116 km de Maceió, tem aproximadamente 20 mil habitantes e apresenta baixa renda familiar e qualidade de vida precária.

Em 1997, foi criada a Associação dos Trabalhadores e Lavradores de Canastra (Atraca), atualmente com 386 filiados. Essa associação adquiriu, em 2002, a Fábrica de Doces Matuto na Praça, produtora de goiabada e bananada localizada no povoado. No final de 2002, foi estabelecida parceria entre a associação e a incubadora, com a perspectiva de desenvolver e aprimorar a produção e, principalmente, qualificar e potencializar esse desenvolvimento na ótica da autogestão.

A fábrica adquire matéria-prima diretamente de pequenos produtores de banana e goiaba da região. Um engenheiro agrônomo da Ufal atua no projeto visando o melhoramento da produção das frutas, tornando-as mais adequadas à fabricação dos doces, e reduzindo o desperdício durante o processamento.

A Secretaria da Agricultura e a Secretaria do Meio Ambiente acompanham o projeto com o objetivo de minimizar o impacto ambiental causado pela fábrica, que se encontra próxima da única área de lazer do povoado.

A implementação do projeto tem como objetivo o desenvolvimento da comunidade a partir da criação de pequenas cooperativas de produtores de açúcar, fruticultores, fabricantes de embalagens e comerciantes que vendem o doce pronto. A atuação da Ufal tem incluído o planejamento administrativo e financeiro da fábrica. Além disso, promove a capacitação de pessoal nas áreas de cooperativismo, economia solidária, autogestão, gestão financeira e de pessoal, higiene, armazenamento e embalagem.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários está realizando também um levantamento nutricional no povoado de Canastra. Em parceria com a Atraca, o mapeamento orientará a instalação de hortas orgânicas, visando a melhoria da nutrição da população. A ação conta com uma nutricionista e a assistência da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## Universidade de Campinas – Unicamp (SP)

A partir de um projeto premiado de produção de leite de soja por vaca mecânica, a Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp articulou um programa que poderá fornecer diariamente até 20 mil lanches para crianças da rede pública de ensino de Campinas. A vaca mecânica da Unicamp traz como inovação um sistema de desodorização do leite obtido da soja. Esse leite desodorizado pode ser aromatizado com sabores de frutas ácidas, caramelo, chocolate, tofe, coco e nozes, possibilitando atender às preferências locais. Foi também desenvolvida tecnologia para que o leite, ao ser acidificado na aromatização com frutas ácidas, fique estável e não precipite suas proteínas. Além disso, o resíduo proveniente do esmagamento da soja é utilizado como matéria-prima para a fabricação de um pão enriquecido produzido na padaria experimental da própria faculdade.

Com apoio da Fundação Educar de Campinas, a FEA obteve os recursos necessários para a construção do protótipo que deverá operar nos próximos meses. Ao mesmo tempo, foi firmado um acordo com a prefeitura de Campinas, que passou a fornecer diariamente os insumos de produção, a soja e o pessoal terceirizado para operação da planta-piloto. Como contrapartida, a prefeitura passará a receber diariamente os *kits* compostos de um pãozinho e um refresco à base de soja de 200 ml para serem distribuídos para as crianças da rede pública das áreas mais carentes. Esse *kit* fornece 35% das necessidades diárias de uma criança em idade escolar, tanto do ponto de vista protéico como calórico. Atualmente, a merenda fornece, pelo mesmo custo, somente 15% dessas necessidades.

Passada a fase experimental, o projeto deverá se ampliar, e seus idealizadores acreditam que seria possível conseguir a instalação de 100 vacas mecânicas, fornecendo 2 milhões de *kits* diários em curtíssimo prazo.

### Contato

Prof. Roberto Herminio Moretti  
Unicamp – Universidade Estadual de  
Campinas (SP)  
Faculdade de Engenharia de  
Alimentos  
E-mail: [moretti@fea.unicamp.br](mailto:moretti@fea.unicamp.br)  
Site: [www.fea.unicamp.br](http://www.fea.unicamp.br)

## Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP – Esalq (SP)

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP) está localizada em Piracicaba (SP). Seu departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição desenvolve, desde o final de 2002, um projeto para viabilizar o aumento da produção, o processamento e a comercialização do pescado e de mexilhões no Litoral Norte de São Paulo, de maneira a consolidar a atividade como fonte de renda e fixação do pescador na região.

Um diagnóstico inicial realizado por professores da Esalq demonstrou que os produtores de mexilhão sabem cultivá-los, mas não dominam técnicas de tratamento e higienização do produto fresco. Assim, sem fiscalização, atuam na clandestinidade, em condições de comercialização que oferecem riscos à saúde do consumidor. A falta de legalização gera dificuldades em obter financiamentos, impossibilita o transporte em condições legais e inviabiliza a comercialização e sua propaganda.

Em contraponto à legislação, não há um entreposto que receba a produção e nem um posto de beneficiamento. São 62 pontos de cultivo, distribuídos por 26 praias, cujo produto é vendido diretamente a restaurantes locais. O projeto visa ampliar a participação dos criadores, incentivando sua organização em cooperativas.

O projeto está em sua primeira etapa de implantação, com técnicos da prefeitura de Ubatuba e da Esalq fazendo levantamento da qualidade dos mexilhões, análise da água, do pescado e do potencial de produção. Simultaneamente, a equipe do projeto, constituída por uma zootecnista, estudantes do curso de mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos e alunos e professores de Ciência e Tecnologia da Esalq, está instruindo os produtores sobre as regras de higiene na obtenção do alimento e como obter registro e permissão de venda dos produtos.

A segunda etapa tem como objetivo a instalação de unidades de processamento, beneficiamento, comercialização e industrialização, que permitam a colocação no mercado interno e externo de produtos com valor agregado, certificados e de boa qualidade.

A prefeitura de Ubatuba e a Amesp deverão estabelecer o local de instalação da usina processadora e do entreposto, de modo a facilitar o escoamento do produto.

Contato  
 Profª. Marília Oetterer  
 Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP- Esalq (SP)  
 Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição  
 E-mail: moettere@esalq.usp.br  
 Site: www.esalq.usp.br

## Universidade Solidária – Unisol

A Universidade Solidária (Unisol) foi criada em 1995 pelo Conselho da Comunidade Solidária, órgão que então respondia pela interlocução do governo federal com a sociedade no âmbito das políticas sociais. Tendo o tema da segurança alimentar e nutricional como uma de suas principais preocupações, a Unisol mobiliza equipes de universitários para desenvolver atividades comunitárias em municípios pobres do Brasil.

Em setembro de 2002, a UniSol foi qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). Nesses oito anos de atuação, envolveu cerca de 16 mil estudantes de 191 instituições de ensino superior, públicas e privadas, em aproximadamente mil municípios brasileiros.

Ainda que muitos dos projetos desenvolvidos tenham caráter pontual, eles reúnem um amplo leque de soluções e conhecimentos que poderão servir de referência para as ações a serem articuladas pelas universidades no enfrentamento da fome.

Na extensa lista de projetos implementados pela Unisol, diversos têm relação direta com a segurança alimentar. Entre eles, podem ser citados como exemplo o Manejo Sustentável de Quelônios por Comunidades de Parintins, Barrerinha e Nhamundá (AM), da Fundação Universidade do Amazonas (FUA), o Cabras Comunitárias: Fortalecendo o Associativismo e Combatendo a Desnutrição, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Prática de Agricultura Orgânica e Desenvolvimento Comunitário Sustentável no Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró (RN), da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam), o Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Rurais por Meio de Cultivo de Fruteiras nos Municípios de Bonfim e Normandia (RR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), o Aproveitamento da Cultura da Maçã na Transformação em Produtos Alimentares para Consumo em Merenda Escolar, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), e o Segurança Alimentar: Capacitação de Feirantes do Grupo Comunitário Três Barras, de Santa Maria (RS).

Universidade  
Federal de  
Uberlândia —  
UFU (MG)

O Instituto de Genética e Bioquímica da Universidade Federal de Uberlândia desenvolve uma pesquisa aplicada que ficou conhecida como Projeto das Plantas Supervitaminadas, coordenado pelo Prof. Warwick Estevam Kerr.

O objetivo é a obtenção de plantas com alto teor vitamínico por meio do melhoramento genético clássico, visando enriquecer a alimentação e combater a deficiência em vitaminas da população brasileira. A alface está entre as dez hortaliças mais consumidas no Brasil, e é a preferida das crianças. Após oito anos de pesquisa, obteve-se a alface supervitaminada, resultado do cruzamento entre as cultivares “Moreninha de Uberlândia” (produzida na UFU) e “Vitória de Santo Antão” (produzida no IPA, em Pernambuco). A cultivar resultante possui 10.200 UI de vitamina A, um nível bastante superior em relação à quantidade dessa vitamina encontrada nas alfaces normais, que fica em torno de 500 a 1.500 UI. A produção da alface, chamada “Uberlândia 10 Mil”, faz parte de um projeto maior que visa também adaptar ao solo mineiro plantas da região amazônica ricas em vitaminas. São exemplos bem-sucedidos dessa implantação o yacón, o camucamu e a moringa.

O yacón, raiz originária do Peru e Equador, foi adaptado em Uberlândia e é utilizado na alimentação de diabéticos, pois, apesar de ser bem doce, não contém açúcar e sim inulina, substância de composição semelhante à do amido. Já o camucamu é oriundo das margens do Rio Amazonas, e sua fruta, parecida com a jabuticaba, possui maior teor de vitamina C do que a acerola. A polpa do camucamu apresenta 3.200 mg de vitamina C por 100 g, enquanto a acerola tem, em média, 1.250 mg por 100 g. Parte da vitamina C do camucamu não é destruída pelo calor.

A folha da moringa, planta anticancerígena que contém alta concentração de vitamina A (cerca de 22.000 UI em 100 g), foi introduzida na merenda de uma escola pública no interior de Minas Gerais. Em apenas dois meses, foi possível notar a diferença na pele e nos cabelos das crianças, além da sensível melhora detectada pelos professores no aprendizado dos alunos.

As sementes obtidas são distribuídas, gratuitamente, à população local. Só da moringa, foram distribuídas mais de 500 mil sementes para a população do Maranhão, Piauí e Minas Gerais.

Contato  
Prof. Warwick Estevam Kerr  
UFU — Universidade Federal de  
Uberlândia (MG)  
Instituto de Genética e Bioquímica  
E-mail: warwick@umarama.ufu.br  
Site: www.ufu.br

## Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb (DF)

A extensão universitária representa uma forma de atuação da universidade no sentido de levar à comunidade, sob a forma de cursos ou de serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas feitas em seu âmbito. Como instituição de ensino superior, as ações de extensão desenvolvidas pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) visam inserir professores e alunos voluntários no contexto sociopolítico-econômico do país, realizando projetos junto à comunidade.

Dentro dessa perspectiva, foi implementada, em maio de 2002, a primeira fase do Projeto Iesb em Ação, visando melhorar a qualidade de vida da comunidade carente da região administrativa de Riacho Fundo II. O projeto teve a participação de 400 voluntários universitários, viabilizando o exercício profissional de alunos dos cursos de Comunicação Institucional e Relações Públicas, Comunicação Social, Direito, Administração, Ciência da Educação e Engenharia, a partir do conhecimento da realidade do entorno de Brasília.

Na primeira fase, foram atendidos aproximadamente 10 mil moradores do Riacho Fundo II. Com o apoio do Sebrae, foram realizadas consultorias a pequenas e médias empresas, orientação jurídica de pequenas causas à população e atividades educacionais nas áreas de saúde e meio ambiente. Além disso, foram desenvolvidas atividades de lazer e cidadania, como a restauração parcial da biblioteca pública local. Os resultados positivos fizeram com que outras associações comunitárias solicitassem a implementação do programa em suas comunidades.

A segunda fase, em implantação, visa replicar na comunidade de Vila Varjão (DF) atividades desenvolvidas no Riacho Fundo II: orientação jurídica, assessoria administrativa, comunicação comunitária (rádio), capacitação de professores e alfabetização de jovens e adultos. Essas ações são a base da atividade de extensão voluntária e incluem reuniões com líderes de área e representantes da comunidade. O projeto conta com a parceria da Administração Regional de Vila Varjão e da Casa São José, entidade de atendimento social.

Contato  
Prof. Reus Antunes de Oliveira e  
Profa. Zeli Isabel Ambrós  
Iesb – Instituto de Educação Superior  
de Brasília (DF)  
Campus Jovanina Rimolli  
E-mail: iesb@iesb.br / reus@iesb.br  
Site: www.iesb.br

**Faculdade  
de Ciências  
Econômicas,  
Administrativas  
e Contábeis  
de Franca —  
Facef (SP)**

A Facef, instituição de ensino superior ligada à prefeitura de Franca, mantém estreita relação com a comunidade, estabelecendo parcerias com associações, órgãos públicos e sindicatos, que viabilizam o desenvolvimento de importantes programas no âmbito da segurança alimentar. Entre eles, pode-se destacar:

- Pesquisa de Preço nos Supermercados — Desde 1995, a Facef realiza, quinzenalmente, um levantamento de preços de produtos básicos nos supermercados de Franca. Esses produtos e marcas são previamente definidos pelos funcionários das indústrias da cidade, compondo uma lista de preços que é publicada no jornal *Diário de Franca* e distribuído pelo Sindicato da Indústria. Os supermercados se comprometem a manter os preços inalterados até a próxima publicação.
- Projeto de Desenvolvimento Comunitário (Prodec) — Por meio do projeto, desenvolvido há dois anos, foi possível a organização de três centros comunitários em bairros pobres de Franca. Um deles, construído no Jardim Palma, possui uma cozinha e desde o início de 2003 distribui a Sopa Educativa. Aos sábados as famílias almoçam no
- centro e assistem a palestras sobre saúde, educação e higiene. Esse projeto tem como parceiros a Unesp de Franca, a prefeitura e a Caixa Econômica Federal.
- Programa Primeiro Emprego — O programa promove a requalificação de jovens de baixa renda, inserindo-os no mercado de trabalho como atendentes, telefonistas, auxiliares administrativos e de escritório. Sua implementação é viabilizada pelo estabelecimento de uma parceria entre a Facef e a Associação Comércio e Indústria de Franca (Acif), iniciada em 2001.
- Programa Menor Aprendiz — Resultado de uma parceria entre a Facef, a Associação dos Escritórios Contábeis de Franca (Assescofran) e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o programa qualifica jovens de baixa renda para inserção futura nos serviços contábeis. Por meio da associação, os escritórios contábeis de Franca se comprometem a ter em seus quadros jovens que passaram pelo programa.

Contato  
Prof.ª. Edna Maria Campanhol  
Facef — Faculdade de Ciências  
Econômicas, Administrativas e  
Contábeis de Franca (SP)  
Departamento de Serviço Social  
E-mail: campanholi@zipmail.com.br  
Site: www.facef.br

**Universidade  
Federal  
Rural do  
Rio de Janeiro –  
UFRRJ (RJ)**

O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em janeiro de 2003 para atender à crescente demanda por pesquisas e capacitação de profissionais na área da segurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. Reunindo pesquisadores, técnicos e estudantes num núcleo de estudos, tem como principais objetivos:

- analisar, pesquisar e monitorar os diversos aspectos da segurança alimentar e nutricional. A avaliação inclui a construção de indicadores e um observatório de políticas públicas voltado para o mapeamento e acompanhamento dos programas públicos;
- manutenção de acervo referente à segurança alimentar e nutricional. Para isso, o centro pretende armazenar e difundir resultados de trabalhos realizados sobre o tema por instituições de todo o mundo, disponibilizando-os para pesquisadores, estudantes, formuladores de políticas públicas e representantes de movimentos sociais;

- capacitar os vários públicos que necessitam instrumentalizar-se nas questões relativas à segurança alimentar e nutricional. Os cursos visam atender a dois públicos: o primeiro, com nível técnico, abrange as várias esferas de atuação em órgãos governamentais, locais, regionais ou nacionais; o segundo é composto por setores mais ligados às comunidades, ONGs e instituições que visam o desenvolvimento de parcerias e de projetos sociais.

O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional é fruto da parceria entre o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), do Departamento de Nutrição Social da Universidade Federal Fluminense (DNS/UFF) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Sediado na UFRRJ, tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e conta com uma rede de pesquisadores associados e de colaboradores de diversas instituições do Brasil e do exterior.

## Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN

Em março de 1993, foi lançada por Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Cinco anos depois, como desdobramento desse movimento, constituiu-se o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), uma rede de organizações não-governamentais, movimentos sociais, universidades e outras instituições. Com o objetivo de promover o direito humano à alimentação, o fórum definiu como suas metas mobilizar a sociedade para o tema da segurança alimentar e nutricional, fomentar políticas públicas e atuar na capacitação de atores da sociedade civil. Também são estimuladas ações locais, como as experiências-piloto do Projeto Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Piracicaba (SP) e em Porto Alegre (RS), e a inserção do componente segurança alimentar no Plano Diretor Rural da cidade de São Paulo.

Ao longo dos últimos anos, o FBSAN deu apoio à formação de fóruns estaduais em Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Também participou da implantação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Atualmente, após seu desenho institucional ser incorporado pelo Programa Fome Zero, existem mais oito Conseas estaduais em constituição no Brasil.

O FBSAN, os fóruns estaduais e os Conseas são importantes espaços de participação de representantes e pesquisadores das universidades. A Universidade Católica de Goiás, por exemplo, está participando da criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Goiânia, além de implementar diversos cursos e ações junto à comunidade. O Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) participa da articulação do Fórum Estadual de Segurança Alimentar de Pernambuco, ao mesmo tempo em que apóia uma ação local desenvolvida pelo Grupo Origem, de incentivo ao aleitamento materno. Participações semelhantes também acontecem nos fóruns do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, entre outros.

## Fundação Getulio Vargas – FGV (SP)

O Programa Gestão Pública e Cidadania, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas (FGV-Eaesp) e Fundação Ford, com apoio do BNDES, tem por objetivo identificar, divulgar e premiar iniciativas inovadoras de governos estaduais, municipais e de organizações indígenas. O programa se propõe também a estimular o debate e a reflexão crítica sobre processos de transformação na gestão pública subnacional no Brasil.

Desde 1996, mais de 5 mil programas governamentais se inscreveram nos ciclos de premiação. As informações reunidas, referentes às mais diversas áreas e setores, permitem que se conheça o que está ocorrendo hoje no país, especialmente nos governos locais. O acesso às informações sobre iniciativas dispersas por diversos estados e por mais de 5.500 municípios não é uma tarefa fácil. Um dos principais objetivos do Programa Gestão Pública e Cidadania é contribuir para minimizar essa lacuna, a partir de seus bancos de dados, atividades de pesquisa, publicações e encontros temáticos diversos.

Visando ampliar seu foco de análise, o programa implantou em 1998 o Projeto Práticas Públicas e Pobreza, direcionado para a pesquisa e divulgação de práticas e conhecimentos sobre a temática específica da pobreza. Diversos estudos e pesquisas já foram realizados, tendo por base empírica o material do programa, tratando de políticas setoriais (políticas e programas de saúde e políticas para crianças e adolescentes, por exemplo) ou de temas transversais, como “continuidade e descontinuidade de políticas”, “incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas locais” e “novos arranjos institucionais”, entre outros.

Especificamente sobre a contribuição do Programa Gestão Pública e Cidadania à temática da segurança alimentar, há diversos estudos realizados por esse programa e também pelo seu Projeto Práticas Públicas e Pobreza, no qual foram apresentados e debatidos em seminários regionais e nacionais abertos ao público, demonstrando que existem no Brasil experiências bem-sucedidas de combate à fome e à desnutrição, de estímulo à produção de alimentos e de orientação aos consumidores.

### Contatos

Prof.ª Ilka Camarotti e Prof. Peter Spink  
FGVSP / EAESP – Escola de  
Administração de Empresas da  
Fundação Getulio Vargas  
Departamento de Administração  
Pública e Governo  
E-mail: [inovando@fgvsp.br](mailto:inovando@fgvsp.br)  
Site: [inovando.fgvsp.br](http://inovando.fgvsp.br)

**Universidade  
Federal  
de Pernambuco —  
UFPE**

Na década de 60, um grupo de médicos e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), liderados pelo professor Fernando Figueira, fundou o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), com o objetivo de atender mulheres, crianças e adolescentes com baixo poder aquisitivo.

O Imip, hoje uma entidade não-governamental e de utilidade pública, desenvolve ações em assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária. Referência no Nordeste, o instituto atende pacientes do interior do estado e de toda a região. Além disso, contribui para a qualificação e formação de profissionais na área de saúde.

Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), implantou, em 1983, o Projeto de Atenção Básica de Saúde, visando intervenções simples e eficazes de saúde em comunidades com grupos sociais mais vulneráveis.

Essa metodologia foi incorporada, a partir da década de 90, pela prefeitura de Recife e pelo governo do estado de Pernambuco, que passaram a contar com assessoria técnica e operacional do instituto.

O Projeto de Extensão Comunitária contava em dezembro de 2000 com 87 agentes comunitários de saúde e 26 técnicos, incluindo sete ginecologistas, seis pediatras, cinco enfermeiras, sete dentistas e um clínico. Por meio do projeto realizam-se mensalmente, em média, 6,9 mil visitas domiciliares e 4,5 mil consultas médicas e odontológicas, além de atividades educativas desenvolvidas com grupos de pacientes e comunitários.

Credenciado pelo Ministério da Saúde como Centro Nacional de Referência para Programas de Assistência Integrada à Saúde da Mulher e da Criança e pelo Ministério da Educação como hospital de ensino, o Imip foi o primeiro hospital brasileiro a receber o título de Hospital Amigo da Criança, concedido pela Organização Mundial de Saúde, Unicef e Ministério da Saúde. Hoje é referência na implantação de programas, serviços e treinamento, desenvolvendo convênios e intercâmbios técnico-científicos com diversos órgãos internacionais.

Contato  
Prof. Antonio Carlos Figueira  
Imip — Instituto Materno Infantil de Pernambuco  
E-mail: [imip@imip.org.br](mailto:imip@imip.org.br)  
Site: [www.imip.org.br](http://www.imip.org.br)

## Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciada em 1999, surge para vincular de forma interativa e dinâmica as incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos. O projeto da rede conta hoje com 15 universidades de diferentes regiões do país. As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares representam uma importante vertente de extensão das universidades brasileiras, visando dar suporte a grupos de desempregados ou de pessoas que vivenciam situações precárias de emprego ou trabalho.

Na Universidade de São Paulo (USP), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) tem quatro anos de existência e atua na periferia da capital paulista e em diversas cidades da Região Metropolitana. Composta por 70 formadores, apóia 60 grupos cooperativados que atuam nas atividades econômicas de costura, construção civil, reciclagem, jardinagem, sinalização horizontal, artesanato, psicologia, limpeza, lanches, alimentação, panificação, creche popular, atendimento a idosos, revenda de fraldas, serviços de cabeleireiro, culinária, serviços em sacolão, feira e comércio, assistência técnica em computação e apresentações musicais.

A Incubacoop, ITCP da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), apóia 15 grupos do meio urbano e rural, entre cooperativas legalizadas e grupos ainda informais, envolvendo aproximadamente 900 pessoas. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), seis grupos são apoiados pela incubadora de cooperativas, entre os quais, a Cooperativa de Pescados de Antonina (Coopserramar), que atua na produção e comercialização de carne de siri e de bacucu, e a Cooperativa de Embalagens Brasil (Coembra), que confecciona embalagens e móveis de madeira.

A Intecoop da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), formada em 1998, orienta grupos populares desde a formação da cooperativa até sua inserção no mercado, além de prestar assessoria às cooperativas já formadas e oferecer cursos sobre cooperativismo. Pioneira, a ITCP da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) atua desde 1995, buscando a inserção econômica de grupos historicamente excluídos ou em desvantagem social, frutos do processo de precarização do trabalho. Já ajudou a criar e consolidar mais de 20 cooperativas em comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro.

### Contatos regionais

Sonia M. Portella Kruppa (ITCP-USP)

E-mail: itcpusp@hotmail.com

Françoise Dominique Valery (Incoop-RN)

E-mail: incooprn@ig.com.br

Sonia Maria Rocha Heckert

(Intecoop-UFJF)

E-mail: intecoop@proaex.ufff.br

José Antônio Peres Gediel (ITCP-UFPR)

itcp@proec.ufpr.br

Site: [www.unitrabalho.org.br/projetos](http://www.unitrabalho.org.br/projetos)

## **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — Fapesp (SP)**

O Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fapesp financia projetos voltados para o atendimento de demandas sociais concretas. O programa reúne, de um lado, institutos de pesquisa e universidades e, de outro, organismos do setor público (secretarias estaduais e municipais) e do terceiro setor (cooperativas, fundações e ONGs), que se comprometem a utilizar os resultados na implementação de políticas públicas de relevância social. Nos últimos dois anos, a Fapesp investiu cerca de R\$ 6,9 milhões e aprovou mais de 60 projetos.

## **Fundação Museu do Homem Americano — Fumdhm (PI)**

Visando instruir a população local e preservar o patrimônio ecológico e cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI), a Fundação Museu do Homem Americano implantou cinco Núcleos de Apoio à Comunidade em pontos de concentração populacional no entorno do parque. Constituídos por escola, posto de saúde e moradia para professores, os núcleos oferecem

refeições, banho, e atividades na área de educação ambiental, saúde e horta comunitária. O Projeto de Educação Ambiental foi criado para ampliar essa ação educativa a outros municípios da região. Considerado Patrimônio Mundial pela Unesco, o parque abriga também uma escola de guardas florestais.

## **Instituições de Ensino Superior — IES (PR)**

O Grupo Interuniversitário de Aleitamento Materno (Giuama) foi criado em fevereiro de 2001 e tem como fundadores sete das 44 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes em Curitiba (PR), entre as quais a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). O Giuama incentiva e estimula a divulgação da prática do aleitamento materno na comunidade universitária, buscando envolver os usuários das IES no aprimoramento da cultura da amamentação exclusiva até os 6 meses de vida e continuada (leite materno e outros alimentos) até os 2 anos de idade. São organizados os Encontros Interuniversitários de Aleitamento Materno.

### **Universidade de Passo Fundo — UPF (RS)**

O Centro de Pesquisa em Alimentação (Cepa) apóia o ensino e a pesquisa em várias faculdades da Universidade de Passo Fundo. O centro presta serviços na área de análise de alimentos, emitindo laudos para certificação e registro de produtos como erva-mate, refrigerantes, derivados de leite, de cereais e de carnes, águas e merenda escolar. O Cepa possui modernos laboratórios, credenciados pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, para avaliar a qualidade do leite e o gerenciamento de rebanhos leiteiros, e realizar análises na área de nutrição animal e de alimentos com luz infravermelha.

### **Universidade Salvador — Unifacs (BA)**

A Unifacs desenvolveu, no início de 2003, o Projeto de Segurança Alimentar em Messias (AL). Nesse trabalho, articulado pela rede Universidade Solidária, alunos da Unifacs deram treinamento às merendeiras e auxiliares das escolas

públicas do município abordando questões de higiene, nutrição e qualidade dos alimentos. Além disso, foi feita a divulgação para a população das comunidades das fazendas Barra Nova, Bititinga, Esperança e Santa Fé da multimistura da Pastoral da Criança e de receitas de alto teor nutricional.

### **Universidade de São Paulo — USP (SP)**

A Cidade do Conhecimento é um projeto criado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP que visa trabalhar com ferramentas de educação a distância, gestão de conhecimento, gestão de projetos conjuntos e tecnologias sociais diversas. O portal tem como principal foco a relação entre universidade e escola pública, sobretudo no ensino médio. É um ambiente virtual que promove a inclusão digital e estimula o desenvolvimento da fluência tecnológica nas comunidades em que atua. O objetivo do projeto é construir conexões importantes, voltadas para a produção compartilhada de conhecimento e o desenvolvimento conjunto de projetos entre a USP e as comunidades.

Agradecemos à colaboração dos seguintes professores e pesquisadores, consultados durante a elaboração dessa publicação — que desenvolvem atividades ligadas à segurança alimentar nas universidades a que estão vinculados:

**Prof. Cid Alledi**

UFF (Universidade Federal Fluminense)

**Prof. Claris Eneida C. Dalla Bona**

UTPR (Universidade Tuiuti do Paraná)

**Prof. Fernando José de Araújo Silva**

Fadep (Faculdade de Pato Branco/PR)

**Prof<sup>a</sup>. Gilma Sturion**

Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Piracicaba/SP)

**Prof. Gilmar Tavares**

Ufla (Universidade Federal de Lavras/MG)

**Prof. Malaquias Batista**

UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

**Prof. Marcos Pierini**

Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica/Ponta Grossa/PR)

**Prof<sup>a</sup>. Marina Vieira da Silva**

Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Piracicaba/SP)

**Prof. Roberto Vilarta**

Unicamp (Universidade Estadual de Campinas/SP)

**Prof<sup>a</sup>. Rosa Pinheiro**

UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

**Prof<sup>a</sup>. Sandra de Faria**

UCG (Universidade Católica de Goiás/ Goiânia/GO)

**Prof<sup>a</sup>. Sonia Lucena**

UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

**Prof<sup>a</sup>. Tanya Linda Rothgiesser**

UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Para quem deseja se aprofundar nas questões aqui indicadas e na temática da segurança alimentar, recomendamos a leitura da obra de Josué de Castro e dos documentos produzidos por centros de excelência das universidades brasileiras, e por alguns centros de pesquisa independentes. Apresentamos

a seguir uma pequena bibliografia brasileira ou sobre o Brasil a respeito do tema da fome. Estes livros, artigos e capítulos de obras estão disponíveis nas principais bibliotecas públicas ou universitárias do Brasil. Alguns podem ser obtidos por *download na internet*.

ÁRIAS, Alfonso R. *Estimativas de indigência e pobreza no Brasil no período 1990-1996: resumo*. Resumo metodológico e resultados. Março 1999. Mimeografado.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 2000/2001: luta contra a pobreza*. 2000.

BAUNGARTENER, Roberto. *Conexões político-institucionais sobre a fome no Brasil face aos direitos sociais*. Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

BELIK, Walter; MALUF, Renato S. *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: Unicamp, 2000.

CAMARGO, José M. & FERREIRA, Francisco H.G.O. *Benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*. Jan. 2001. Mimeografado.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1946.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (1ª ed. de 1966).

CEPAL. *Brasil: canastas básicas de alimentos y determinación de las líneas de indigencia y de pobreza*. LC/L 532, dez. 1989.

DEL GROSSI, M. & GRAZIANO, J. da Silva. & TAKAGI, M. *Evolução da pobreza no Brasil — 1995/99*. Campinas, Instituto de Economia, nov. 2001. (Texto para discussão n. 104).

FAO — Food and Agriculture Organization of United Nations. *The state of food insecurity in the world*. 2001.

FERREIRA, Francisco H.G. & LANJOW, Peter & NERI, Marcelo. *A new poverty profile for Brazil, using PPV, Pnad and Census data*. PUC-Rio, Departamento de Economia, março 2000. (Texto para discussão n. 418).

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília, Ipea, 2001. (Texto para discussão n. 776).

GRAZIANO, J. da Silva & BELIK, Walter & TAKAGI, Maya (Coord.). *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

\_\_\_\_\_. *Projeto Fome Zero*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível também em: [www.icidadania.org.br](http://www.icidadania.org.br).

HOFFMANN, Rodolfo. *A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99*. 2001. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil*. 2002. (Documento elaborado para a visita ao Brasil do relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre o direito à alimentação).

MONTEIRO, Carlos Augusto, & BENÍCIO, Maria Helena D. & FREITAS, Isabel Cristina M. de. *Melhoria em indicadores de saúde associados à pobreza no Brasil dos anos 90: descrição, causas e impacto sobre desigualdades regionais*. São Paulo: Nupens/USP, out. 1997. (Série: A trajetória do desenvolvimento social no Brasil n.1/97).

\_\_\_\_\_. *A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. Estudos avançados*. São Paulo, v. 9, n.24, 1995.

PAULILLO, L. F ; ALVES, F (Org.). *Reestruturação industrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: UFSCar, 2002.

PELIANO, A.M. (Coord.) *O mapa da fome: informações sobre a indigência nos municípios da Federação*. Rio de Janeiro: Ipea, maio 1993. (Documento de Política, n. 15).

PESSANHA, Lavínia. D. *Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, 1998.

ROCHA, Sônia. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, abr. 2000a. Tese de Doutorado — CPDA/UFRRJ. (Texto para discussão n. 720).

\_\_\_\_\_. *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* Set. 2000b. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *Do consumo observado à linha de pobreza*. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, ago. 1997.

\_\_\_\_\_. *Poverty studies in Brazil — a review*. Ipea, jan. 1996. (Texto para discussão n. 398).

\_\_\_\_\_. *Governabilidade e pobreza: o desafio dos números*. In: VALADARES, L. ; Prates Coelho, M. — *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

STURION, Gilma L. *Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros*. FEA/Unicamp — Tese de Doutorado, 2002.

TAKAGI, M. & GRAZIANO, J. da Silva & DEL GROSSI M. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas, IE/UNICAMP, 2001. (Texto para discussão 101)

WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. Banco Mundial, 2000.

## Sites que tratam da questão da segurança alimentar

**www.abong.org.br**

Site da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, serve de referência para acesso a 251 entidades do terceiro setor, grande parte delas comprometidas, direta ou indiretamente, com a segurança alimentar.

**www.fao.org**

Site da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, tem informações gerais sobre a fome no mundo, estudos de casos e principais resoluções da ONU sobre o tema.

**www.fao.org/regional/Lamerica/pubs/coment.html**

Site do escritório regional da FAO para a América Latina, apresenta nesse *link* os principais estudos em espanhol sobre a questão do combate à fome, política agrícola e abastecimento nos países da região.

**www.riad.org**

Rede Interamericana de Agricultura e Democracia, principal rede de ONGs que trabalham sobre o tema na América Latina, traz estudos, propostas e notícias sobre políticas de combate à fome e agricultura.

**www.ibase.org.br**

O Ibase é um centro de estudos que se dedica ao tema da fome no Brasil. Fundado por Herbert de Souza, o Betinho, desenvolve pesquisas de avaliação das ações públicas e presta assessoria a empresas em ações sociais.

**www.polis.org.br**

O Instituto Polis de São Paulo se destaca pelos estudos sobre espaço urbano, movimentos sociais e assuntos ligados à cidadania. Possui um banco de experiências municipais de combate à fome.

**www.ipea.gov.br**

No site do Ipea é possível encontrar diversos estudos sobre pobreza e segurança alimentar, inclusive referências sobre o chamado “Mapa da Fome” elaborado no início dos anos 90.

**www.nepa.unicamp.br**

Portal do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação da Unicamp, nele se encontram resumos dos principais trabalhos na área de nutrição e segurança alimentar.

**<http://lattes.cnpq.br/diretorio/>**

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é uma base de dados desenvolvida no CNPq desde 1992. Contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país.

**<http://www.sbpcnet.org.br/publicacoes/choje.htm>**

Site de *Ciência Hoje*, revista mensal de divulgação científica de pesquisas nacionais destinada a alunos do 2º grau, professores secundários e público em geral.

**<http://www.gestaocet.org.br>**

Este site faz parte do Projeto de Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T do Ministério de Ciência e Tecnologia.

## Sobre o autor

Walter Belik, 47 anos, é administrador de empresas e mestre em Administração pela Eaesp/FGV. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, com pós-doutorado pela Universidade de Londres (Inglaterra). Professor livre-docente do IE/Unicamp e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, é também um dos idealizadores do Projeto Fome Zero do Instituto Cidadania. Especialista na área de abastecimento e segurança alimentar, publicou livros e artigos no Brasil e no exterior sobre o tema.

# Realizadores desta publicação

## Abruc

A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, fundada em janeiro de 1995, com sede em Brasília, reúne atualmente 36 instituições de ensino superior sem fins lucrativos, voltadas prioritariamente para ações educacionais de caráter social. Com esse perfil, elas destinam parte de sua receita a atividades de educação e assistência social, como bolsas de estudo, atendimento gratuito em hospitais, clínicas odontológicas ou psicológicas, assistência jurídica, entre outras.

SEPN Q 516, Cj. D, Lote 9 — 70770-524  
Brasília, DF, Tel: (61) 347-4951 / 349-3300  
Site: [www.abruc.org.br](http://www.abruc.org.br)

## Andifes

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — Andifes, reúne dirigentes de 55 instituições federais de ensino superior (IFES), onde estudam cerca de 610 mil alunos de graduação e de pós-graduação, em todas as áreas do conhecimento, e também alunos de ensino fundamental e médio nos colégios de aplicação, escolas técnicas e agrícolas. A Andifes realiza a interlocução das IFES com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

SCS Quadra 1, Bloco K, nº 30, 8º andar  
70398-900, Brasília, DF, Tel: (61) 321-6341  
Site: [www.andifes.org.br](http://www.andifes.org.br)

## Apoio Fome Zero

A Associação de Apoio às Políticas de Segurança Alimentar é uma organização não-governamental que tem como objetivo apoiar e estimular a ação integrada entre empresas e entidades da sociedade civil com relação ao Programa Fome Zero.

## Crub

O Conselho de Reitores das Universidades do Brasil é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que congrega, por meio de seus reitores, universidades brasileiras federais, estaduais, municipais, comunitárias e particulares.

Sua finalidade é promover a integração das instituições de ensino superior brasileiras, na busca de um constante aperfeiçoamento e desenvolvimento da educação superior no país. O Crub tem se posicionado no sentido de construir uma identidade institucional bem definida, de modo a poder, no momento atual, diante de uma multiplicidade de instituições de ensino superior, fazer frente às necessidades da sociedade brasileira.

SEPN Q 516, Cj. D, s/n — 70770-524, Brasília, DF  
Tel: (61) 349-9010  
Site: [www.crub.org.br](http://www.crub.org.br)

## Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma associação de empresas de todo tamanho e setor interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. Foi criado em 1998, com a missão de promover e disseminar práticas empresariais socialmente responsáveis, contribuindo para que empresas e sociedade alcancem um desenvolvimento sustentável em seus aspectos econômico, social e ambiental.

Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407  
05414-020, São Paulo, SP, Tel.: (11) 3897-2400  
Site: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

## Unitrabalho

A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) é uma articulação nacional que congrega atualmente 84 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Criada em 1995, tem como missão contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores, concretizado por meio de parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação.

Rua Caiubi, 252, 05010-000, São Paulo, SP  
Tel: (11) 3873-6965  
Site: [www.unitrabalho.org.br](http://www.unitrabalho.org.br)

## Realização



[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS



Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar

## Patrocínio Institucional



## Patrocínio



GRUPO  
JOSÉ PESSOA



## Apoio

